

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

CELSO SOARES ALVES

**LEITURA DAS POTENCIALIDADES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE
SÃO GABRIEL – RS**

**SÃO GABRIEL
2017**

CELSO SOARES ALVES

**LEITURA DAS POTENCIALIDADES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE
SÃO GABRIEL – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Gestão Ambiental da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Gestão Ambiental.

Orientadora: Prof.^a Dra. Nara Rejane Zamberlan dos Santos.

SÃO GABRIEL

2017

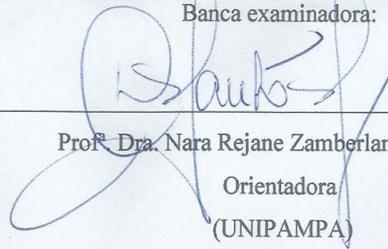
CELSO SOARES ALVES

**LEITURA DAS POTENCIALIDADES PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO
DE SÃO GABRIEL – RS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Gestão
Ambiental da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Gestão Ambiental.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 28 de Junho de 2017.

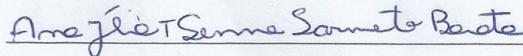
Banca examinadora:



Prof.^a Dra. Nara Rejane Zamberlan dos Santos

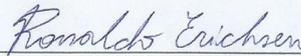
Orientadora

(UNIPAMPA)



Prof.^a Dra. Ana Júlia Senna Sarmento Barata

(UNIPAMPA)



Prof. Dr. Ronaldo Erichsen

(UNIPAMPA)

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar todos os momentos de dificuldades.

A Universidade Federal do Pampa, seu corpo docente, direção e administração que proporcionaram a oportunidade de estudar em um ambiente criativo e amigável.

A minha orientadora, Nara Rejane Zamberlan dos Santos, pela oportunidade e apoio a este trabalho.

Agradeço a minha mãe, Galdina, pelo amor, incentivo e apoio incondicional em todas as horas e ao meu pai, Argemiro (in memoriam), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ele, pois se hoje estou aqui, devo muitas coisas a ele e por seus ensinamentos e valores passados. Obrigada por tudo! Saudades eternas!

Meus agradecimentos aos meus demais familiares, tios e primos, por fazerem parte da minha vida e por ajudarem em muitos momentos.

Agradeço a todos os meus amigos, companheiros e colegas, de trabalho e de faculdade, que de alguma forma me ajudaram ou torceram por mim.

Obrigado a Todos!

ALVES, Celso Soares. LEITURA DAS POTENCIALIDADES PATRIMONIAIS DO
MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL – RS. 2017.69f. Trabalho de Curso (Bacharelado em
Gestão Ambiental) – Unipampa.
São Gabriel, Universidade Federal do Pampa.

RESUMO

O presente trabalho buscou apresentar e analisar de forma quantitativa e qualitativa, e através de uma leitura presente sobre a história do município de São Gabriel, patrimônios históricos e culturais que são parte da preservação da memória coletiva e individual bem como da formação da identidade do povo gabrielense e a relação dos mesmos com a cidade e os seus moradores. Este trabalho quer incentivar a pesquisa entre professores, alunos e historiadores, reconhecendo a importância da história, do patrimônio cultural e da educação patrimonial nas escolas, sendo a cultura um elemento essencial de diferenciação entre um povo e outro, passada de geração em geração, ao longo dos séculos, deve ser cultivada e preservada. Esta pesquisa foi realizada através de um resgate histórico com a necessidade de rever a história e a cultura do município de São Gabriel, localizado no Estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul do Brasil. Através de estudo bibliográfico e entrevistas verificou-se que se por um aspecto existe um legado patrimonial, por outro há um distanciamento do mesmo pelas escolas e a população. Esta comprovação via pesquisa, reflete a necessidade de políticas públicas de incentivo à memória e ações efetivas pelos Conselhos Municipais de Cultura e Turismo.

Palavras-chave: Patrimônio cultural, história, bens culturais e educação patrimonial

ALVES, Celso Soares. READING OF THE PATRIMONIAL POTENTIALITIES OF THE MUNICIPALITY OF SÃO GABRIEL - RS. 2017.69f. Course Work (Bachelor in Environmental Management) - Unipampa. São Gabriel, Federal University of Pampa.

ABSTRACT

The present work sought to present and analyze quantitatively and qualitatively, and through a present reading about the history of the city of São Gabriel, historical and cultural heritage that are part of the preservation of the collective and individual memory as well as the formation of the identity of the Gabonese people and their relationship with the city and its residents. This work wants to encourage research among teachers, students and historians, recognizing the importance of history, cultural heritage and patrimonial education in schools, with culture being an essential element of differentiation between one people and another, passed from generation to generation, to the over the centuries, must be cultivated and preserved. This research was carried out through a historical rescue with the need to review the history and culture of the municipality of São Gabriel, located in the State of Rio Grande do Sul, in the Southern Region of Brazil. Through a bibliographical study and interviews it was verified that if by one aspect there is a patrimonial legacy, by another there is a distancing of the same by the schools and the population. This evidence through research reflects the need for public policies to encourage memory and effective actions by the Municipal Councils of Culture and Tourism.

Keywords: Cultural heritage, history, cultural assets and heritage education

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|----|
| Figura 1 – Usina do Gasômetro em Porto Alegre – exemplo de patrimônio material | 18 |
| Figura 2 – Ruínas dos Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul | 20 |
| Figura 3 – Comemoração do Domingo de Ramos – celebração da Igreja Católica Romana que tradicionalmente dá início à Semana Santa – exemplo de celebração religiosa com valor cultural | 21 |
| Figura 4 – Chula – dança de origem portuguesa e muito popular no Rio Grande do Sul – exemplo de expressão cultural gaúcha | 22 |
| Figura 5 – Carreteiros viajando rumo à cidade de São Gabriel para vender seus produtos . | 23 |
| Figura 6 – Foto de atividades de educação patrimonial realizada na cidade de Marechal Deodoro – AL..... | 24 |
| Figura 7 – Monumento em forma piramidal, erguido em homenagem aos mortos no local onde ocorreu a Batalha do Caiboaté | 30 |
| Figura 8 – Cruz de cimento erguida no local da Batalha do Caiboaté | 31 |
| Figura 9 – Dom Félix de Azara (1742-1821), militar, engenheiro, explorador e naturalista, nascido na Espanha, Fundador da Vila do Batovi | 32 |
| Figura 10 – Estância do Batovi com a capela ao lado | 34 |
| Figura 11 – Sobrado da Praça Dr. Fernando Abbott completamente reformado, onde em 1846 hospedou-se Dom Pedro II | 35 |
| Figura 12 – Localização do município de São Gabriel no mapa do Estado do Rio Grande do Sul..... | 37 |
| Figura 13 – Tempo de serviço dos professores | 38 |
| Figura 14 – Determinação de gênero dos entrevistados (componentes amostrais). São Gabriel/RS | 39 |
| Figura 15 – Determinação da idade dos entrevistados (componentes amostrais). São Gabriel/RS | 39 |
| Figura 16 – Determinação da formação dos entrevistados (componentes amostrais). São Gabriel/RS | 40 |
| Figura 17 – Avaliação das políticas de proteção ao patrimônio cultural pela mostra de professores de São Gabriel | 41 |
| Figura 18 – Desenvolvimento de atividades de educação patrimonial nas escolas (componentes amostrais). São Gabriel/RS | 42 |
| Figura 19 – Desenvolvimento de visitas a museus ou locais históricos..... | 42 |

| | |
|--|----|
| Figura 20 – Desenvolvimento de palestras, oficinas ou outras atividades sobre patrimônio histórico | 43 |
| Figura 21 – Conhecimento da população sobre política de proteção ao patrimônio histórico e cultural de São Gabriel/RS | 44 |
| Figura 22 - Elementos considerados patrimônio histórico e cultural pela população (componentes amostrais). São Gabriel/RS | 44 |
| Figura 23 – Reconhecimento da população do patrimônio histórico cultural..... | 45 |
| Figura 24 – Interesse de políticos e gestores na proteção do patrimônio na opinião dos entrevistados | 46 |
| Figura 25 – Sepé Tiarajú, índio guerreiro e defensor dos Sete Povos das Missões | 47 |
| Figura 26 – Monumento em homenagem a Sepé Tiarajú no centro da cidade de São Gabriel/RS | 48 |
| Figura 27 – A figura de Sepé Tiarajú nas escolas | 49 |
| Figura 28 – A figura de Sepé Tiarajú para a população | 50 |
| Figura 29 – Carreteiros em São Gabriel na década de 1990 | 51 |
| Figura 30 – Carreteiros no interior do município de São Gabriel/RS | 51 |
| Figura 31 – Conhecimento dos alunos sobre os carreteiros de São Gabriel na visão dos professores entrevistados | 53 |
| Figura 32 – A figura dos carreteiros na cultura municipal..... | 53 |
| Figura 33 – Museu Nossa Senhora do Rosário e Bom Fim. São Gabriel/RS | 55 |
| Figura 34 – Promoção do patrimônio através do turismo na opinião dos professores (parcela amostral) | 57 |
| Figura 35 – Promoção do patrimônio através do turismo – população | 57 |

LISTA DE TABELA

| | |
|--|----|
| Tabela 1 - Caracterização dos bens culturais materiais e imateriais gabrielenses..... | 56 |
|--|----|

LISTA DE SIGLAS

FEB – Força Expedicionária Brasileira

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

RS – Rio Grande do Sul

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE ANEXOS

| | |
|--|----|
| ANEXO I – Aplicação de um instrumento de pesquisa aos professores de escolas do município de São Gabriel/RS..... | 62 |
| ANEXO II – Aplicação de um instrumento de pesquisa à população do município de São Gabriel/RS..... | 63 |

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| I INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA | 15 |
| 2. 1 O QUE SE ENTENDE POR PATRIMÔNIO CULTURAL..... | 15 |
| 2. 2 PATRIMÔNIO MATERIAL | 18 |
| 2. 3 PATRIMÔNIO IMATERIAL | 19 |
| 2. 4 INVENTÁRIO DE UM BEM CULTURAL..... | 20 |
| 2. 4. 1 Categorias de um inventário de um bem cultural | 20 |
| 2. 4. 1. 1 Lugares | 20 |
| 2. 4. 1. 2 Objetos..... | 21 |
| 2. 4. 1. 3 Celebrações..... | 22 |
| 2. 4. 1. 4 Formas de expressão..... | 22 |
| 2. 4. 1. 5 Saberes..... | 23 |
| 2. 5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL | 24 |
| 2. 6 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO | 26 |
| 2. 7 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN | 28 |
| 2. 8 A ORIGEM E FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL | 28 |
| 2. 8. 1 Sepé Tiarajú e a Batalha do Caiboaté..... | 29 |
| 2. 8. 2 A Primeira São Gabriel | 32 |
| 2. 8. 3 A Segunda e Terceira São Gabriel | 34 |
| 2. 8. 4 A visita do imperador e a emancipação gabrielse | 35 |
| 3 MATERIAL E MÉTODOS | 38 |
| 3. 1 METODOLOGIA..... | 38 |
| 3. 2 SÃO GABRIEL – A TERRA DOS MARECHAIS | 38 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO | 40 |
| 4. 1 ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL | 40 |
| 4. 2 A FIGURA DE SEPÉ TIARAJÚ | 48 |
| 4. 3 SÃO GABRIEL – UM REDUTO DE CARRETEIROS | 53 |
| 4. 4 IGREJA DO GALO..... | 50 |
| 4.5 CARACTERIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS GABRIELENSES..... | 51 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 61 |

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje, São Gabriel se encontra estagnada economicamente, assim como quase toda metade sul do Rio Grande do Sul, dependente, economicamente, dos setores de agropecuária e de serviços (Friedrich, 2002), deixando seus habitantes sem muitas opções para trabalhar e se sustentar, obrigando-os a se encaixarem nos tradicionais meios de trabalho ou então deixarem o município para trabalharem em outras regiões do estado, como por exemplo, a Serra Gaúcha, considerada um importante polo industrial do Brasil (HENTZ, 2013).

Desta forma, com a utilização e a conservação do patrimônio histórico, pautada no planejamento urbano cabível ao município, cria-se a perspectiva de desenvolvimento socioeconômico da população. Torna-se necessária a organização da ocupação urbana, com a consequente utilização das edificações do centro histórico, para que a cidade não entre em um processo de crescimento desordenado, descaracterizando seu patrimônio, diante do crescimento econômico. De suma importância é a incorporação da história e da memória da cidade no cotidiano dos moradores para que se apropriem destes aspectos de forma positiva. O desenvolvimento econômico e social desejado tem como base a cultura dos habitantes e o respeito a sua própria trajetória enquanto tempo e espaço.

O trabalho tem como objetivo realizar o levantamento de aspectos referentes ao patrimônio cultural material e imaterial junto à comunidade gabrielense e professores de escolas do município sobre o tema patrimônio cultural gabrielense e obter compreensão do conhecimento da comunidade gabrielense e dos professores de escolas do município sobre o tema patrimônio cultural de São Gabriel - RS.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 O QUE SE ENTENDE POR PATRIMÔNIO CULTURAL?

Segundo a Declaração de Caracas, de 1992, o Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o ambiente natural (IPHAN, 2017)

Pode-se definir patrimônio como um agrupamento de todos os bens, manifestações populares e tradições que podem ser tangíveis ou intangíveis, que possui importante relevância dentro da história ou cultura de um país, região ou localidade e assim adquire um valor único (histórico, científico, arqueológico, paleontológico, paisagístico, religioso ou artístico) e de eternidade. É a herança e o legado deixados pelos nossos antepassados e que deixamos às gerações vindouras.

O título de patrimônio histórico conforme o IPHAN (2017) é concedido a um bem móvel ou imóvel ou natural, que possua valor inestimável para um país, sociedade, região ou localidade. Isto é, o título de patrimônio histórico é conferido ao bem que conta a história de um determinado lugar, sendo este bem uma obra de arte, uma arquitetura, um documento, uma arma, um utensílio, uma vestimenta, uma mobília ou um meio de transporte. Ou seja, o patrimônio histórico é importante para ajudar a compreender a identidade histórica e para manter vivos os costumes populares de uma determinada sociedade.

O patrimônio cultural é o conjunto de bens materiais/imateriais que narram a história de um povo através de seus costumes, comidas típicas, religiões, lendas, linguagem, literatura, música, danças ou festas. Ou seja, patrimônio cultural tem a tarefa de conscientizar os indivíduos, proporcionando aos mesmos a obtenção de conhecimentos para o entendimento da história local e assim assegurar que as gerações futuras preservem a identidade de seu povo (IPHAN, 2017).

Segundo o artigo 216, da Constituição Federal (1988), constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988). Como:

- I- as formas de expressão;
- II- os modos de criar, fazer e viver;
- III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.
- VI- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- VII- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Segundo a lei nº 12.527, de 2011 (BRASIL, 2011):

- § 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.
- § 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem. (Lei nº 12.527, de 2011)
- § 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.
- § 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.
- § 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais (BRASIL, 2012).

- § 1º O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelos seguintes princípios: Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- I - diversidade das expressões culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012

- II - universalização do acesso aos bens e serviços culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- III - fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- IV - cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- V - integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidas; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VI - complementaridade nos papéis dos agentes culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VII - transversalidade das políticas culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VIII - autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- IX - transparência e compartilhamento das informações; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- X - democratização dos processos decisórios com participação e controle social; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- XI - descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- § 2º Constitui a estrutura do Sistema Nacional de Cultura, nas respectivas esferas da Federação: Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- I - órgãos gestores da cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- II - conselhos de política cultural; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- III - conferências de cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- IV - comissões intergestores; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- V - planos de cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VI - sistemas de financiamento à cultura; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VII - sistemas de informações e indicadores culturais; Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- VIII - programas de formação na área da cultura; e Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- IX - sistemas setoriais de cultura. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- § 3º Lei federal disporá sobre a regulamentação do Sistema Nacional de Cultura, bem como de sua articulação com os demais sistemas nacionais ou políticas setoriais de governo. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012
- § 4º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão seus respectivos sistemas de cultura em leis próprias. Incluído pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012 Seção III DO DESPORTO.

Segundo o IPHAN (2017), o Patrimônio Cultural pode ser definido como os bens de natureza materiais e imateriais considerados importantes para a identidade da sociedade brasileira. Bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes; já os materiais são os palpáveis, como o arqueológico e o paisagístico.

Segundo o Artigo 216, da Constituição Federal (1988), constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A compreensão sobre patrimônio cultural vem se modificando e avançando ao longo do tempo, desde o século XVIII, como os instrumentos necessários para a sua preservação. Isso irá permitir a preservação de conjuntos arquitetônicos, edificações, obras de arte, modos de fazer e saberes, apesar de todo um processo contrário de destruição de bens considerados patrimônios urbanos. Foi a partir da Carta de Atenas, de 1931, que uma paisagem passa ser a tida como um bem cultural. (SILVA, 2015).

Segundo a ICOMOS – International Council of Monuments and Sites (2009), a Paisagem Cultural inserida como bem se dá, pois ela é o resultado de um processo histórico com suas interferências seja do ambiente natural ou de forças culturais e sociais. Como critério para selecionar uma região é necessário que tenha um valor universal, ou seja, representativa em termos de uma região geocultural e pela sua capacidade de integrar elementos culturais essenciais de determinada região.

2. 2 PATRIMÔNIO MATERIAL

O patrimônio material, também chamado de patrimônio tangível, são os bens tombados que podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos (IPHAN 2017). A Figura 1 salienta um exemplo de Patrimônio Material no estado do Rio Grande do Sul, tombado e transformado em Centro Cultural.

No Rio Grande do Sul os bens materiais tombados incluem, na capital, a Matriz do Banco Meridional, a Provedoria Real da Fazenda, a Antiga Usina de Gás, Cine Teatro Capitólio, Antigo Palácio do Governo, Arquivo Público, na cidade de Piratini a Antiga Cadeia, a Casa da Fazenda, Casa Fabião, Farmácia Caridade, Casa de Egydio Rosa, Teatro Municipal, em Bagé, a Estação Férrea, em Pelotas, a Escola de Agronomia Eliseu Maciel entre outros em Viamão, Pedras Altas, Santo Ângelo, Jaguarão, Rio Grande, Esteio, dentre outros municípios gaúchos.



Figura 1: Usina do Gasômetro em Porto Alegre – exemplo de patrimônio material
Fonte: Catraca Livre, 2017

2. 3 PATRIMÔNIO IMATERIAL

O patrimônio imaterial, também chamado de patrimônio intangível, são os bens culturais que dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2017) define como patrimônio imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Esta definição está de acordo com a Convenção da Unesco para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, ratificada pelo Brasil em março de 2006.

No Rio Grande do Sul uma das manifestações folclóricas se dá através da dança, uma tradição gaúcha, porém o chimarrão é tema a ser incluído como bem imaterial amparado no Projeto de Lei nº 20/2010 de autoria do deputado estadual Raul Carrion (PCdoB), que cria o patrimônio cultural imaterial do Estado do Rio Grande do Sul. O objetivo é proteger, entre outros, o conjunto das manifestações, as práticas e a memória transmitida conforme as tradições das comunidades rio-grandenses.

2. 4 INVENTÁRIO DE UM BEM CULTURAL

O inventário é um dos instrumentos utilizados para se conhecer o patrimônio cultural e descobrir sua presença e importância na vida das pessoas. Um inventário nada mais é do que uma lista, onde é descrito os bens que pertencem a uma pessoa ou grupo. Ao se fazer o inventário, podemos saber quais são esses bens, quais suas características e porque são importantes para esta pessoa ou grupo (IPHAN, 2017).

A realização de um inventário de um bem cultural deve ser feita através de uma descrição e um documentário, com fotos, filmagens, entrevistas e outras formas de documentação, além de obter mais informações em arquivos, bibliotecas, documentos, mapas, cartas, entre outros registros. A documentação do bem cultural (por meio de textos, fotos, vídeos e desenhos) servirá como fonte para pesquisas posteriores, como referências do passado para se entender melhor o presente e desenhar o futuro; como registro de uma manifestação cultural que não ocorre mais, mas que permanece viva na memória das pessoas (MEC, 2017).

2. 4. 1 Categorias de um inventário de um bem cultural

O IPHAN (2017) e o MinC (2017) sugerem algumas categorias para classificar os diversos bens culturais: Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Modos de Fazer e Saberes.

2. 4.1.1 Lugares

Pode-se definir um lugar como bem cultural quando, dentro do território onde é a feito o inventário, encontram-se espaços com significado para a comunidade, devido ali terem

ocorrido fatos históricos ou aconteceram coisas importantes para esta comunidade, como por exemplo, uma feira, um casa antiga, uma paisagem, um rio, uma ruína de construção, entre outros. A Figura 2 salienta um exemplo de lugar como bem cultural, constituído pela Cruz jesuítica e as ruínas de uma igreja pertencentes a uma Redução.



Figura 2 – Ruínas dos Sete Povos das Missões no Rio Grande do Sul cultural.
Fonte: Portal das Missões, 2017

2. 4.1.2 Objetos

Os objetos são tudo aquilo que fazem parte da história e memória de uma determinada comunidade e podem desempenhar funções importantes; como decorativa (um vaso de flores ou luminárias), utilitária (cadeiras, moedas ou ferramentas), simbólica (bandeiras ou trajes). Possuem importância devido ao papel político ou social de seus donos ou pelo valor artístico como no caso de pinturas ou esculturas (MEC, 2017).

2. 4. 1. 3 Celebrações

São eventos ou atividades coletivas em que se comemora um acontecimento, onde há o envolvimento e engajamento de muitas pessoas de diversos segmentos da sociedade de uma determinada comunidade. Essas celebrações ocorrem anualmente ou de tempos em tempos, sendo passadas de geração a geração. E podem ter diversos significados, como religioso (festas dos santos padroeiros das cidades), de caráter cívico (desfiles estudantis em comemoração ao Dia da Independência, comemorações do aniversário de emancipação de uma cidade) ou relacionado a ciclos reprodutivos (festa da uva ou do peixe). A Figura 3 salienta um exemplo de evento com significado religioso, considerado bem cultural.



Figura 3 – Comemoração do Domingo de Ramos – celebração da Igreja Católica Romana que tradicionalmente dá início à Semana Santa – exemplo de celebração religiosa com valor cultural.

Fonte: Arquidiocese de Salvador – BA, 2017

2. 4. 1. 4 Formas de expressão

Pode-se dizer que as formas de expressão é a maneira como uma comunidade ou região demonstra sua identidade cultural através da música (música tradicionalista gaúcha),

dança (samba), lendas (Boitatá e Negrinho do Pastoreio) e na linguagem (sotaques e gírias de diversas regiões do Brasil). A Figura 4 mostra um exemplo de dança como forma de expressão cultural.



Figura 4 – Chula – dança de origem portuguesa e muito popular no Rio Grande do Sul – exemplo de forma de expressão da cultura gaúcha.

Fonte: Danças folclóricas, 2017

2. 4. 1. 5 Saberes

São maneiras próprias que pessoas de uma comunidade produzem algum bem ou realizam um serviço (Figura 5), como a receita de uma comida típica ou uma técnica especial para produzir algum objeto. Também pode ter caráter religioso ou supersticioso, como é o caso de práticas relacionadas a curas ou benzeduras ou então pode envolver conhecimentos sobre meio ambiente e matérias primas.



Figura 5 – Carreiros viajando rumo à cidade de São Gabriel para vender seus produtos.
Fonte: São Gabriel, 2017

2. 5 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

A educação patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural (IPHAN 2017).

Portanto, pode-se afirmar que a educação patrimonial trata-se de um sistema que coloca o Patrimônio Cultural como uma fonte de produção de conhecimento individual e coletivo. A educação patrimonial tem como proposta levar crianças e adultos a um processo de conhecimento e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor uso destes bens materiais e imateriais e assim gerar novos conhecimentos num processo contínuo de aprendizagem e criação cultural.

A metodologia específica da Educação Patrimonial pode ser aplicada a qualquer evidência material ou manifestação da cultura, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente (IPHAN, 2017).

Para o Ministério da Educação (2017), a educação patrimonial traz informações e atividades que estimulam a vontade de observar, identificar e pesquisar os múltiplos sentidos que constituem nossa cultura e o patrimônio cultural brasileiro. A educação patrimonial é um processo educacional de “alfabetização cultural” que proporciona ao indivíduo realizar uma leitura do “mundo” que o rodeia e assim o levar a um entendimento do espaço cultural e da trajetória histórica do lugar onde ele vive. A figura 6 salienta um exemplo de atividade educadora na área patrimonial no estado de Alagoas.



Figura 6 – Foto de atividade de educação patrimonial realizada na cidade de Marechal Deodoro – AL.

Fonte: Secretaria Estadual de Cultura de Alagoas, 2017

Segundo Casco (2006, p. 2), elaborar projetos educativos voltados para a disseminação de valores culturais, formas e mecanismos de resgate, preservação e salvaguarda, assim como para a recriação e transmissão desse patrimônio às gerações futuras é, sobretudo, um projeto de formação de cidadãos livres, autônomos e sabedores de seus direitos e deveres.

A base das atividades de Educação Patrimonial sempre foi a utilização dos bens culturais como fonte de ensino, com isso acredita-se que esse conhecimento haja uma apropriação por parte de estudantes e de sua comunidade do patrimônio e também a conservação dos bens e sentimentos como identidade e cidadania se tornem parte do cotidiano de todos ao longo do tempo (HORTA, 2009, p. 6).

A metodologia da Educação Patrimonial é desenvolvida em quatro etapas: a observação, o registro, a exploração e a apropriação dos bens culturais. Há, inicialmente, a identificação do objeto, o que significa sua função e então o registro do que foi percebido para depois acontecer a análise crítica. Por fim, a apropriação do conhecimento adquirido por meio da criação (IPHAN, 2017).

É necessário destacar ainda o caráter interdisciplinar da metodologia da Educação Patrimonial. O patrimônio cultural, utilizado como recurso educacional, deve ser explorado nas outras áreas do currículo, como geografia, ciências, língua portuguesa, arte e matemática (IPHAN, 2017).

A execução da Educação Patrimonial pode envolver a comunidade, mas tudo deve partir do próprio espaço escolar. É a escola que deve conduzir a essa comunidade a descobrir o verdadeiro significado da memória e assim valorizar seu patrimônio histórico e cultural (IPHAN, 2017).

2. 6 PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

A educação patrimonial dentro do Programa Mais Educação do Ministério da Educação, tem como proposta estimular uma relação dinâmica e criativa da escola com o patrimônio cultural de sua região. E com essa ação, o Programa Mais Educação quer aumentar conhecimentos dos diversos aspectos que envolvem o patrimônio cultural brasileiro e levar a população brasileira ao entendimento da formação do nosso povo, da cidadania, da identidade cultural brasileira, da história do Brasil e de outras coisas que fazem parte do cotidiano da nação brasileira e que as pessoas não se dão conta que são importantes (MEC, 2017).

A razão pelo qual o programa Mais Educação aborda o tema é:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente [...]. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe este caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. O arranjo destes espaços não deve se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar. (IPHAN, 2017)

Para o MEC (2017), a escola, a partir da participação ativa dos professores, monitores, coordenadores e estudantes, pode oferecer oportunidades de reflexão e aprofundamento do conhecimento partindo do contexto sócio-cultural e ambiental de seu entorno. Ali estão nossas raízes, ou seja, nossas referências culturais mais próximas. É a partir delas que podemos propor reflexões sobre o que esse patrimônio representa ou pode vir a representar.

São edificações e são paisagens naturais. São também as artes, os ofícios, as formas de expressão e os modos de fazer. São as festas e os lugares a que a memória e a vida social atribuem sentido diferenciado: são as consideradas mais belas, são as mais lembradas, as mais queridas. São fatos, atividades e objetos que mobilizam a gente mais próxima e que reaproximam os que estão longe, para que se reviva o sentimento de participar e de pertencer a um grupo, de possuir um lugar. Em suma, referências são objetos, práticas e lugares apropriados pela cultura na construção de sentidos de identidade, são o que popularmente se chama de raiz de uma cultura (IPHAN, 2017, P.8).

Para o MEC (2017), a educação patrimonial tem a proposta de articular os saberes diferenciados. As ações nas escolas proporcionam uma união entre o conhecimento oferecido pelo programa curricular com o conhecimento tradicional das nossas comunidades. Esta proposta pode ser trabalhada nos diferentes níveis de ensino, e também no âmbito da educação não-formal, centrando as ações nos espaços de vida representados pelos territórios educativos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 9.394/1996 prevê no artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”, ou seja, identifica os contextos culturais das pessoas como importante espaço de formação dos sujeitos.

2. 7 INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN

É um instituto federal vinculado ao Ministério da Cultura (MinC) e tem por responsabilidade coordenar a política de patrimônio cultural em nível nacional (IPHAN, 2017).

O IPHAN (2017) entende a educação patrimonial como sendo:

Os processos educativos formais e não-formais que têm como foco o patrimônio cultural apropriado socialmente como recurso para a compreensão sociohistórica das referências culturais em todas as suas manifestações, com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação.

2. 8 A ORIGEM E FUNDAÇÃO DE SÃO GABRIEL

A história do município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, remonta o século XVIII, com o surgimento das primeiras estâncias jesuíticas, dos Sete Povos das Missões. Pelo Tratado de Madri, de 1750, o território do atual município passava a pertencer a Portugal, até então em mãos espanholas. O tratado consistia numa troca de territórios entre portugueses e espanhóis, estes entregariam os Sete Povos das Missões a Portugal e em troca, a Espanha receberia a Colônia do Sacramento, localizada no Uruguai (FIGUEIREDO, 1993).

Assim, o Tratado de Madri, também determinava, que dentro do prazo de um ano todos os índios e missionários dos Sete Povos das Missões deveriam abandonar a região para habitarem em outras terras espanholas, do outro lado do Rio Uruguai. Os índios se recusaram a deixar as Reduções Jesuíticas e se revoltaram contra espanhóis e portugueses, na chamada Guerra Guaranítica.

De simples revolta missioneira, passou para uma guerra de fato contra o invasor estrangeiro. O índio, bem se sabe, foi à guerra em condições desiguais, excitado por seu acendrado amor à terra, a seus bens e às suas raízes. Todavia, por trás da fé cega do ingênuo silvícola, motivos outros, de ordem social e econômica, o impeliu à reação armada, numa tentativa, quem sabe até psicológica, de persuadir os reis a reconhecerem a anomalia do Tratado, ou pelo menos sensibilizá-los em seus propósitos (FIGUEIREDO, 1993, p. 46)

Os índios missioneiros reagiram com rebeldia ao Tratado de Madri e assim, para não serem expulsos de suas terras, os índios dos Sete Povos das Missões, começaram a organizar seu exército guaranítico, formado pelos índios dos Sete Povos das Missões e mais dois povos da Argentina, Yapejú e Nossa Senhora da Conceição, liderados pelo cacique, Nicolau

Nenguiru. A ideia principal dos índios guaranis era enfrentar o exército luso-espanhol, comandado pelo general Gomes Freire de Andrade, que era composto por um efetivo de quase 3 mil soldados (FIGUEIREDO, 2004).

2. 8. 1 Sepé Tiarajú e a Batalha do Caiboaté

Nesse conflito armado, surge a personalidade de um mito na história do Rio Grande do Sul, o índio Sepé Tiarajú, que nasceu e cresceu nas Reduções Jesuíticas dos Sete Povos, um nativo afeiçoado à civilização, habituado ao convívio com os brancos, possuidor de grande inteligência e dotado de grande espírito guerreiro, um estrategista inato, astuto e conhecedor de sua gente (FIGUEIREDO, 1993).

Figueiredo (2004) descreve um pouco, quais eram os planos dos índios guaranis para enfrentar as forças militares luso-espanholas:

Ante o poder das tropas estrangeiras, Nicolau Nenguiru pôs em prática um novo plano de retirada estratégica, usando da guerrilha e nomeando o valente José Sepé Tiarajú, para fazer o retardamento das forças atacantes (FIGUEIREDO, 2004, p. 29).

Coube a Sepé Tiarajú retardar o avanço das tropas inimigas e em 07 de fevereiro de 1756, índio Sepé perdeu sua vida.

Os índios, comandados por Sepé Tiarajú, tentavam armar uma armadilha para atrair as forças luso-espanholas, para assim evitar que atacasse as forças guaranis. Sepé e seus índios foram avistados do acampamento luso-espanhol, então foi ordenado que o general espanhol, José Viana, com 300 homens, bandeasse o rio Vacacaí e perseguisse Sepé e seus índios.

Figueiredo (1993) assim descreve a morte de Sepé:

Quando Sepé Tiarajú era perseguido de perto à disparada, o seu cavalo rodou numa toca de tatu ou guarachaim, derrubando-o de tal modo que não se pôde levantar a tempo de evitar que fosse lanceado por um dragão português e, em seguida, morto com um tiro de pistola, dado pelo Governador de Montevidéu, José Joaquim Viana. Era um sábado, 7 de fevereiro de 1756, às cinco horas e meia da tarde. A noite chegara logo. Sepé Tiarajú estava morto. (FIGUEIREDO, 1993, p. 48)

Com base no relatório do General Gomes Freire de Andrade, comandante das tropas portuguesas durante a Batalha de Caiboaté e com base nos estudos feitos pelo general Ptolomeu de Assis Brasil e publicados em seu livro Batalha de Caiboaté (1935), o historiador gabrielense Osório Santana Figueiredo (1993) presume que o exato local da morte do índio

Sepé Tiarajú seja a Sanga da Bica, hoje junto ao centro da cidade de São Gabriel, onde existe um monumento em homenagem à sua memória como defensor das terras dos povos guaranis.

Após a morte de Sepé Tiarajú, no dia 07 de fevereiro de 1756, os líderes indígenas decidiram combater as tropas estrangeiras para vingar a morte de Sepé Tiarajú. (FIGUEIREDO, 2004)

Os chefes missioneiros não ignoravam o poderio do exército inimigo, mas, ingênuos e confiantes, esperavam que suas orações, ladainhas e os santos que carregavam processionalmente, até ao fragor dos combates, os protegessem, conduzindo-os até a vitória (FIGUEIREDO, 1993, p. 44).

Em 10 de fevereiro, três dias depois da morte de Sepé Tiarajú na Sanga da Bica, o exército guaraní, posicionado na coxilha de Caiboaté, a 35 quilômetros da atual cidade de São Gabriel, desafiou as tropas luso-espanholas, comandadas pelo general Gomes Freire, que tinha por objetivo marchar até as reduções jesuíticas para ocupá-las.

Figueiredo (2004) descreve a Batalha de Caiboaté e dá uma real noção de como foi o combate:

Era uma hora da tarde, terça-feira, dia 10 de fevereiro de 1756. Um tiro de canhão deu sinal de ataque. O exército luso-espanhol avançou. Na esquerda, a cavalaria portuguesa; no centro, a infantaria; e no flanco direito, a cavalaria espanhola. A cavalaria envolveu os guaranis, com tanta fúria, cercando-os numa cortina de ferro e fogo. A infantaria atacou com tal rapidez, que chegou às posições dos missioneiros, junto com a cavalaria, destroçando-os.

Os índios não reagiram e tentaram a fuga, mas era tarde. E os luso-espanhóis mataram a tiro de mosquete, à lança e à coronha de armas. Mataram nas coxilhas, nos sangões, dentro das trincheiras, nas árvores, a cavalo e a pé, por toda a parte, sem piedade.

Terminou a batalha! Uma hora e 15 minutos durou aquela hecatombe desenfreada. Mais de 1.500 índios jaziam mortos, estirados nas coxilhas e canhadas de Caiboaté. Os europeus tiveram apenas 4 mortos e 40 feridos (FIGUEIREDO, 2004, p. 30).

No local onde ocorreu a Batalha de Caiboaté (atualmente localidade de Caiboaté-Grande), existem dois monumentos (Figuras 7 e 8), construídos a mando do senhor Rolino Leonardo Vieira. Um de forma piramidal e outro, uma cruz, que substituiu a antiga cruz de madeira, mandada cravar pelo padre jesuíta Miguel Mayrá. (FIGUEIREDO, 2004).



Figura 7– Monumento em forma piramidal, erguido em homenagem aos mortos no local onde ocorreu a Batalha de Caiboaté em 1756.

Fonte: São Gabriel, 2017

A explicação da existência de dois monumentos no local da batalha é contada por Figueiredo (2004):

O projeto dos monumentos aos mortos da Batalha de Caiboaté foi elaborado e dirigido pelo professor José Dinarte Rodrigues, uma sumidade autodidata que nasceu e viveu em São Gabriel, deixando obras marcantes, idealizadas pela sua criatividade genial.

Dinarte aplicou uma técnica na construção do monumento que poucos tem a sensibilidade de percebê-la. O monumento piramidal ergue-se de um alicerce profundo concretado em cimento armado. A parte que se eleva da superfície é revestida com pedra de granito mouro. Sua posição intercala os pontos cardeais de orientação direcional, de tal maneira que o sol, em qualquer estação do ano, bate nas quatro faces, impedindo o mofo e o musgo gerado pela umidade onde não chegam os raios solares.

Esta mesma forma ele deu à grande cruz de cimento armado, erguido no local onde existiu a cruz original de madeira, levantada em 7 de março de 1756, pelo padre Mayrá (FIGUEIREDO, 2004, pág. 31).



Figura 8 – Cruz de cimento, erguida no local da Batalha de Caiboaté.
Fonte: São Gabriel, 2017

2. 8. 2 A Primeira São Gabriel

Por volta do ano de 1800, o Vice-Rei do Rio da Prata, Dom Gabriel del Avilez, determinou ao explorador e naturalista espanhol, Dom Félix de Azara (Figura 9), que fundasse um povoado na região do atual distrito do Batovi, interior do município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, devido aos diversos problemas fronteiriços com o Brasil, (Figueiredo, 2004), sendo que é importante ressaltar que nessa época a região onde se encontra o atual território do município de São Gabriel pertencia à coroa espanhola.

Assim, Dom Félix deu início à sua difícil missão de organizar a criação de um povoado:

Em meio a tantas dificuldades, onde a improvisação era o melhor meio de fortuna, foi o excepcional Félix de Azara que deu início à fundação de São Gabriel. Tudo ali era escasso e custoso, desde o material para a construção até os recursos humanos eram por demais deficitários. A primeira construção a ser erguida foi a igreja, sendo levantada com paredes de tijolos de abobes cobertas de santa-fé, recolhidos do próprio vale do Jaguari. Em março, já estava pronta e recebia um padre para dar início aos trabalhos doutrinários, uma necessidade da época. Segundo Azara, era o meio mais indicado de civilizar aquela gente, embrutecida por uma vivência de barbárie e licenciosidade (FIGUEIREDO, 1993, p. 68).



Figura 9 – Dom Felix de Azara (1742-1821), militar, engenheiro, explorador e naturalista, nascido na Espanha. Fundador da Vila de Batovi.

Fonte: La Pampa Gaucha, 2017

Em 02 de novembro de 1800, a 7 km, ao sul do cerro do Batovi (na época uma vasta região formada por campos devolutos), nas proximidades do rio Jaguari, Dom Félix de Azara fundava oficialmente a denominada Vila de Batovi e colocando o Arcanjo Gabriel como padroeiro do povoado, em homenagem ao Vice-Rei do Rio Prata, de nome Gabriel e no exato dia em que a Igreja Católica Romana comemora o dia deste anjo (FIGUEIREDO, 1993).

Em abril de 1801, Dom Félix recebeu uma ordem real que determinava seu retorno à corte espanhola, era o fim de sua missão no Batovi. Nessa mesma época, Portugal e Espanha entravam em guerra e com isso, o então Governador da Capitania do Rio Grande, General Sebastião Xavier da Câmara, com o intuito de satisfazer os interesses políticos e econômicos da coroa portuguesa, determinou que as tropas portuguesas atacassem e destruíssem todos os postos de guarda espanhóis na região da fronteira (FIGUEIREDO, 1993).

Figueiredo (1993), conta que as tropas portuguesas naquele ano dirigiram-se à Vila do Batovi com fim de conquistá-la e destruí-la, conforme as ordens recebidas. Em 28 de junho, os espanhóis, sabendo da proximidade dos portugueses, evacuaram os moradores da Vila do Batovi e as tropas portuguesas ocuparam São Gabriel sem enfrentar resistência e incendiaram a vila e destruíram a povoação. Dessa forma chegava ao fim a Vila do Batovi, após nove meses de duração.

2. 8. 3 A Segunda e Terceira São Gabriel

Em 1808, o estancieiro José dos Santos Menezes concedeu terrenos para a construção de uma capela com o nome do padroeiro da extinta Vila de Batovi, ao norte do cerro do Batovi e a 9 km da Vila de Batovi, destruída em 1801, dando origens a um novo e pequeno vilarejo. A partir de 1811, o vilarejo recebe impulso, com o estacionamento de tropas portuguesas que guarneciam as fronteiras. Em 1815, o vilarejo é elevado à Capela-Curada (FIGUEIREDO, 2004)

Por existirem problemas no terreno para o desenvolvimento do vilarejo que se expandia, os habitantes da Capela de São Gabriel, na época pertencente ao município de Rio Pardo, solicitaram ao governador da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (hoje estado do Rio Grande do Sul), Dom Diego de Souza, a desapropriação de meia légua de campo em quadro para erguerem uma nova capela, e indicaram as terras pertencentes a Antonio Alves Trilha, e justificando que esses campos eram grandes e proporcionavam melhores condições para habitação (FIGUEIREDO, 2004).

O governador Dom Diego de Souza concordou com a petição dos moradores e determinou que fosse demarcada meia légua em quadro, à margem esquerda do rio Vacacaí, precisamente o local escolhido pelos moradores gabrielenses. A data da determinação do governador é de 08 de dezembro de 1814, com a Ata de Julgamento lavrada em 06 de fevereiro de 1815, constando a assinatura do capitão Paulo Nunes da Silva Jardim, Juiz de Sesmarias, responsável pela demarcação de meia légua em quadra. Houve muitas dificuldades para a mudança do vilarejo para a nova sede, somente a partir de 1817, o brigadeiro João de Deus Menna Barreto (mais tarde Visconde de São Gabriel) conseguiu operar a mudança definitiva de São Gabriel para a atual sede (FIGUEIREDO, 2004).

No local da Segunda São Gabriel, existe a estância e a capela, ambas reformadas várias vezes desde a sua fundação situada na atual Estância do Batovi (Figura 10).



Figura 10 – Estância do Batovi com a capela ao lado.
Fonte: Borin Produções, 2012

A Estância do Batovi associa patrimônio histórico, arquitetônico e cultural. Embora sendo de propriedade privada possui todas as características para integrar rotas culturais no meio rural.

2. 8. 4 A visita do imperador e a emancipação gabrielse

Em 1º de março de 1845, era estabelecida a paz na província do Rio Grande do Sul, com o Tratado de Poncho Verde, pondo fim à Revolução Farroupilha, que durara dez anos (1835-1845), um conflito que colocou, imperiais e farroupilhas rio-grandenses em lados opostos (CARRION, 2014). A paz retornava ao solo gaúcho e muitos dos interesses dos revolucionários foram atendidos pelo poder central, na tentativa de solidificação da paz (HARTMAN, 2002).

Após a pacificação do Rio Grande do Sul com o término da Revolução Farroupilha (1845), o jovem imperador, Dom Pedro II, na época com 20 anos de idade, resolve fazer sua primeira viagem às províncias do Sul (São Paulo, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande do Sul) com o objetivo de construir uma identidade nacional (Mattos, 2009) e acabar

definitivamente com todos os ódios e rancores deixados pela Guerra dos Farrapos (FIGUEIREDO, 2004).

A 21 de dezembro de 1845, o imperador Dom Pedro II, acompanhado da imperatriz D. Teresa Cristina e de uma comitiva imperial, chegava a Porto Alegre e em 13 de janeiro de 1846, Dom Pedro II chegava à São Gabriel, tendo hospedado-se no sobrado da Praça da Matriz(Figura 11), onde hoje funciona o Centro Cultural Sobrado da Praça e a Biblioteca Pública Municipal (FIGUEIREDO, 2004).

O imperador impressiona a todos pelo seu porte másculo, faces coradas e barbas alouradas, combinando esplendidamente com os galões do uniforme. De todas as partes, chegava gente para ver e admirar o grande imperador adolescente, com apenas 20 anos de idade.Festas se repetiam numa fulgurante apresentação organizada por comissões especiais. Mas o monarca tinha pressa. Assistiu à missa na Igreja do Galo (hoje museu Nossa Senhora do Rosário) e visitou o Forte Caxias (hoje 13ª Companhia de Comunicações Mecanizadas), onde recebeu honras militares.... (FIGUEIREDO, 2004, p. 32 e 33).



Figura 11 – Sobrado da Praça Dr. Fernando Abbott, completamente reformado, onde em 1846 hospedou-se Dom Pedro II.

Fonte: Diário de Santa Maria, 2016

Depois de se hospedar no Sobrado da Praça, D. Pedro II foi recepcionado na Estância da Caieira, onde foi oferecida uma grande festa campeira. Passado algum tempo após a rápida visita do imperador Dom Pedro II, São Gabriel acabou contemplada com sua elevação a categoria de vila, através da lei Provincial n° 8 de 04 de abril de 1846, desmembrando-se de Caçapava do Sul e elegendo sua primeira câmara de vereadores, cujo presidente exerceria o poder executivo (FIGUEIREDO, 2004).

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido na cidade de São Gabriel, no período de março a junho de 2017. O estudo foi dividido em duas fases: A primeira fase consistiu em caracterizar alguns pontos históricos e culturais do município de São Gabriel e a segunda fase, na aplicação de dois instrumentos avaliativos sobre o tema Patrimônio Histórico Cultural Gabrielense, entre moradores e professores de escolas do município de São Gabriel.

A primeira fase foi realizada através de pesquisa bibliográfica sobre os temas propostos e a segunda fase caracterizou-se pela aplicação de instrumentos com perguntas abertas e fechadas com abordagens sobre os temas patrimoniais culturais e educação patrimonial em uma amostra constituída por professores de escolas (Anexo I) e comunidade (Anexo II). A amostra dos professores se constituiu de 40 instrumentos, porém somente 27 instrumentos foram respondidos. A entrega dos instrumentos foi diretamente na escola da rede municipal e estadual, tanto da área urbana como rural, enquanto a comunidade foi representada por 30 entrevistados, de várias regiões da cidade, abordados aleatoriamente nas ruas de São Gabriel.

A pesquisa caracterizou-se pelo viés qualitativo- descritivo, que conforme Gerhardt e Silveira (2009) é aquela não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social.

O aparato bibliográfico centrou-se nas obras do historiador gabrielense Osório Santana Figueiredo, que se dedica a pesquisar e registrar os fatos históricos e culturais do município.

Os dados levantados foram tabulados, discutidos e apresentados de forma descritiva e gráfica.

A proposição, intencional, foi desenvolver de forma a interligar os relatos apresentados na literatura com as posições e leituras dos dois segmentos de entrevistados.

3.2 SÃO GABRIEL – A TERRA DOS MARECHAIS

São Gabriel é um município brasileiro do Estado do Rio Grande do Sul, localizado na região da Fronteira Oeste do estado (Figura 12), com uma população superior a 60 mil pessoas e um território de 5.020 km². Localizado a 320 km da capital estadual, Porto Alegre, está às margens da BR 290. O município tem sua base econômica ligada principalmente à

agropecuária, onde se predomina a produção de arroz, soja, gado de corte e ovinocultura (IBGE, 2010)

O município de São Gabriel está, portanto, situado numa rota estratégica dentro do MERCOSUL (Mercado Comum do Sul), pois é passagem quase obrigatória para quem vai de Porto Alegre para a Argentina ou Uruguai ou vice-versa, está situado a 290 km do Porto Internacional de Rio Grande, a 300 km da cidade de Uruguaiana (fronteira com Argentina) e a 170 km de Santana do Livramento (Uruguai) e estando a 64 km de Rosário do Sul, 35 km de Santa Margarida do Sul e 170 km de Santa Maria (SÃO GABRIEL, 2017).



Figura 12 – Localização do município de São Gabriel no mapa do Rio Grande do Sul.
Fonte: IBGE, 2017

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste tópico são apresentados os resultados obtidos através de pesquisa realizada com a comunidade e professores da rede municipal e estadual de ensino. No questionário apresentados aos professores, a primeira parte tratou do tempo de exercício dos profissionais, possibilitando um panorama mais detalhado sobre os pesquisados. Esta segmentação foi importante, pois deste modo consegue-se detectar o nível de vivências dos profissionais no cenário da educação.

Na Figura 13 verifica-se que, quanto ao tempo de serviço, 37% exercem a profissão há 27 anos ou mais, seguido de 30% que atuam entre 6 e 15 anos e, 26% que estão entre os 16 e 26 anos de serviço.

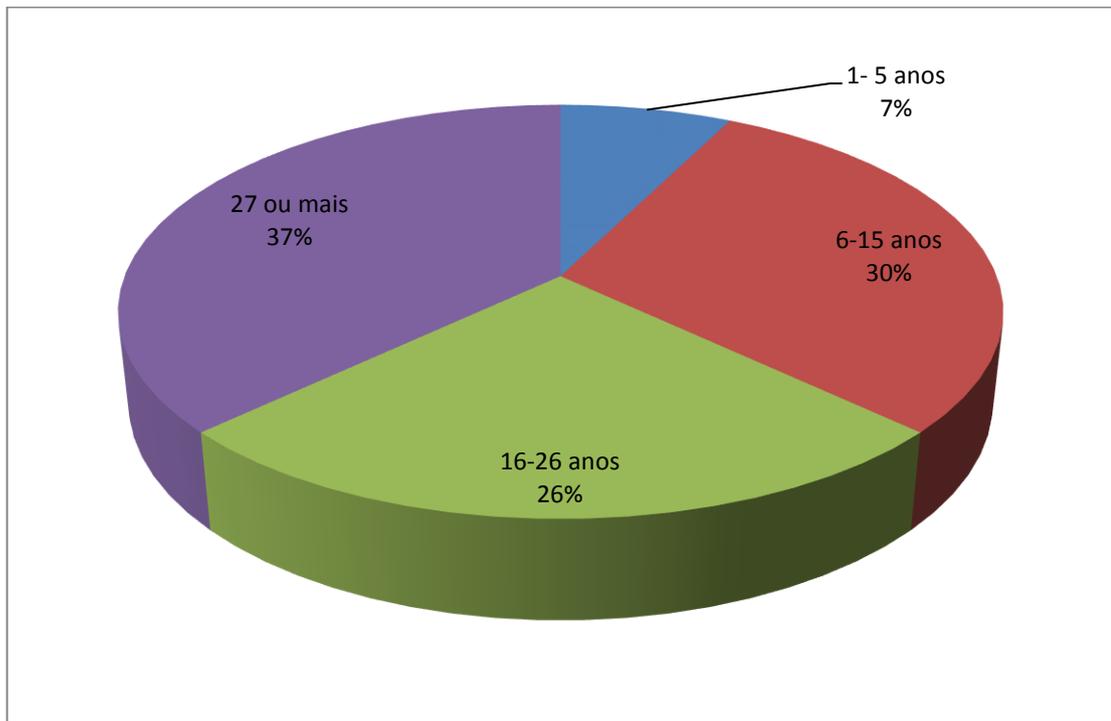


Figura 13 – Tempo de serviço dos professores
Fonte: Autor, 2017.

Possivelmente, não exista uma interrelação entre tempo de serviço dos profissionais de ensino e as atividades desenvolvidas junto à comunidade escolar. A direção tomada nas atividades depende das condições, interesses, mecanismos institucionais independente de suas convicções e metodologias aplicadas.

Por vezes os professores e a temática de sua formação não os privilegiaram a contemplar um tempo maior ocupados com os espaços patrimoniais, tanto no que lhes é

oferecidos no âmbito das políticas educacionais, como no das agendas de educação continuada.

Quanto à comunidade optou-se por definir o perfil dos entrevistados, analisando gênero e idade e grau de formação. Assim o perfil obtido referente ao gênero, 64% feminino e 36% masculino (Figura 14); idade, o maior número de entrevistados encontra-se na faixa etária dos 66 anos ou mais (32%), seguido dos que ficam entre 18 e 30 anos (29%), dos 31 aos 49, 21% e, entre 50 e 65, 18% (Figura 15). Quanto à formação (Figura 16), 50% afirmaram possuir ensino médio; 32% o ensino fundamental, 11% se declararam analfabetos ou sem estudo e apenas 7% possuem ensino superior.

Quando se trata de cultura patrimonial a formação apenas acrescenta requintes nos detalhes e no olhar. A verdadeira educação se baseia ao bem viver em sociedades plurais, pelas formas diversificadas de vida que se apoia nos ideais da cidadania democrática.

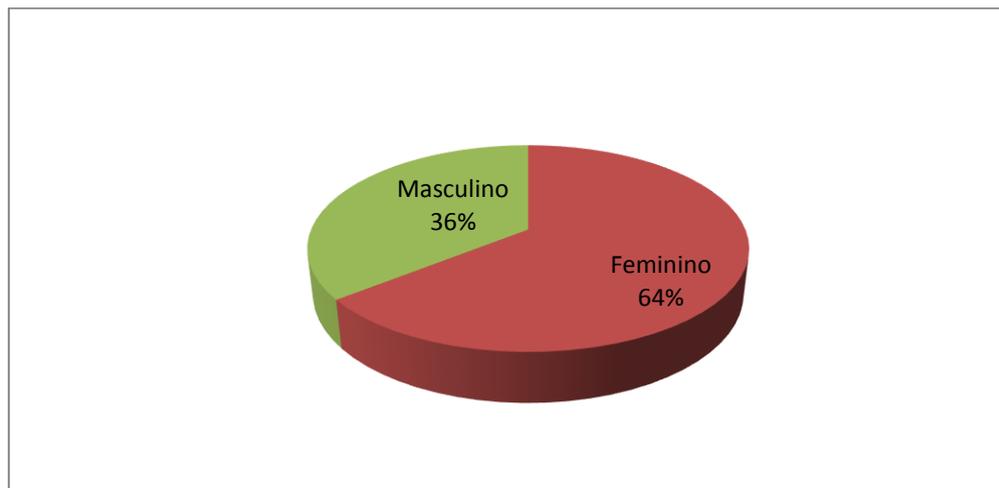


Figura 14 – Determinação do gênero dos entrevistados da comunidade (componentes amostrais). São Gabriel, RS

Fonte: Autor, 2017.

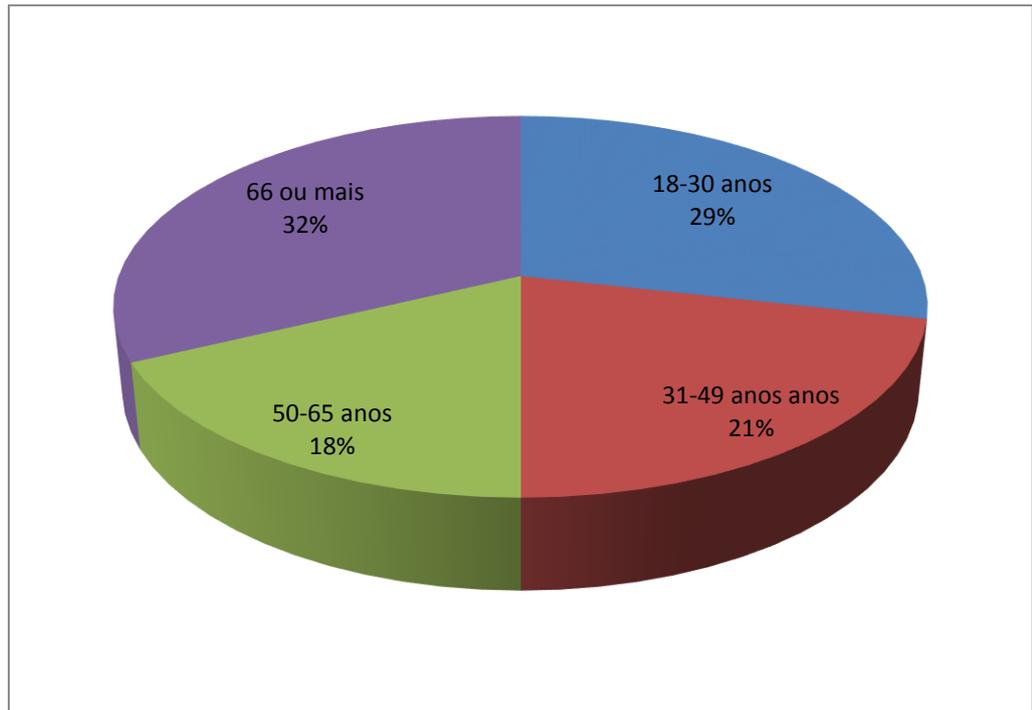


Figura 15 – Determinação da idade dos entrevistados (componentes amostrais). São Gabriel, RS

Fonte: Autor, 2017

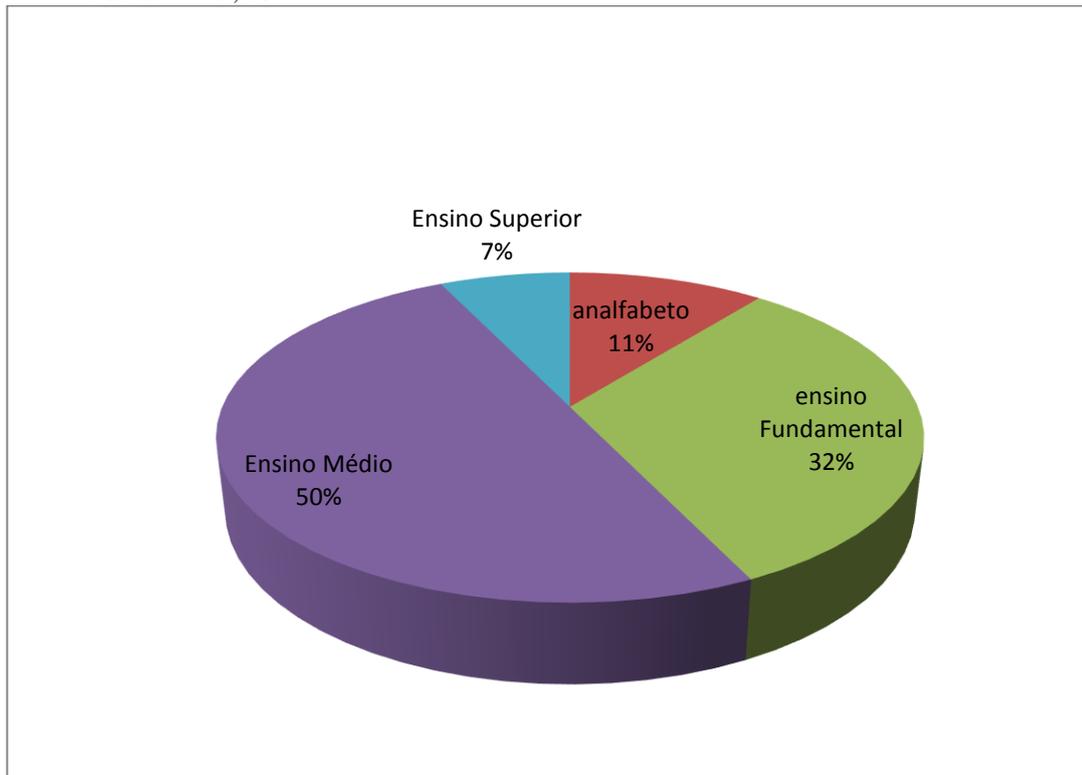


Figura 16 – Determinação da formação dos entrevistados da comunidade (componentes amostrais). São Gabriel, RS.

Fonte: Autor, 2017.

4. 1 ASPECTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL

O município de São Gabriel tem sua história e cultura ligada às armas, devido ao atual território do município ter sido palco de diversos combates e batalhas que marcaram a história do Rio Grande do Sul e do Brasil. São Gabriel recebe a alcunha de Terra dos Marechais devido ao município ser a terra natal de muitos marechais (SÃO GABRIEL, 2017), como:

- João Propício Menna Barreto (1808 – 1867), Barão de São Gabriel e filho de João de Deus Menna Barreto (Visconde de São Gabriel), conhecido por lutar na Guerra da Cisplatina (1825-1828), na Revolução Farroupilha (1835-1845), ao lado dos imperiais e na Guerra contra Aguirre (1864-1865).
- Hermes Rodrigues da Fonseca (1855 – 1923), presidente do Brasil entre 1910 e 1914, era sobrinho do Marechal Deodoro da Fonseca
- Fábio Patrício Azambuja (1862 – 1955), participou da Revolução Federalista (1893 – 1895) ao lado dos revolucionários, foi provedor da Santa Casa de Caridade de São Gabriel e Secretário Municipal de Obras.
- João Batista Mascarenhas de Moraes (1883 – 1968), foi o comandante da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), durante a Campanha na Itália (1944-1945).

Dentro da proposta de verificar a aplicação dos estudos sobre os aspectos culturais do município, lançou-se o seguinte questionamento aos professores: “Acredita que a forma como são conduzidas as políticas de proteção ao patrimônio histórico cultural na cidade são adequadas?”. As respostas foram 63% sim, portanto, que consideram adequadas e 37% acreditam que não.



Figura 17 – Avaliação das políticas de proteção ao patrimônio cultural pela amostra de professores de São Gabriel.

Fonte: Autor, 2017.

Na perspectiva de buscar mais informações sobre as atividades desenvolvidas nas escolas em relação ao tema, questionou-se sobre se “a escola desenvolve atividades de educação patrimonial”. As repostas (Figura 18) demonstram que em 52% que sim, no entanto, 48% posicionaram pouco ou nulo envolvimento com o tema.

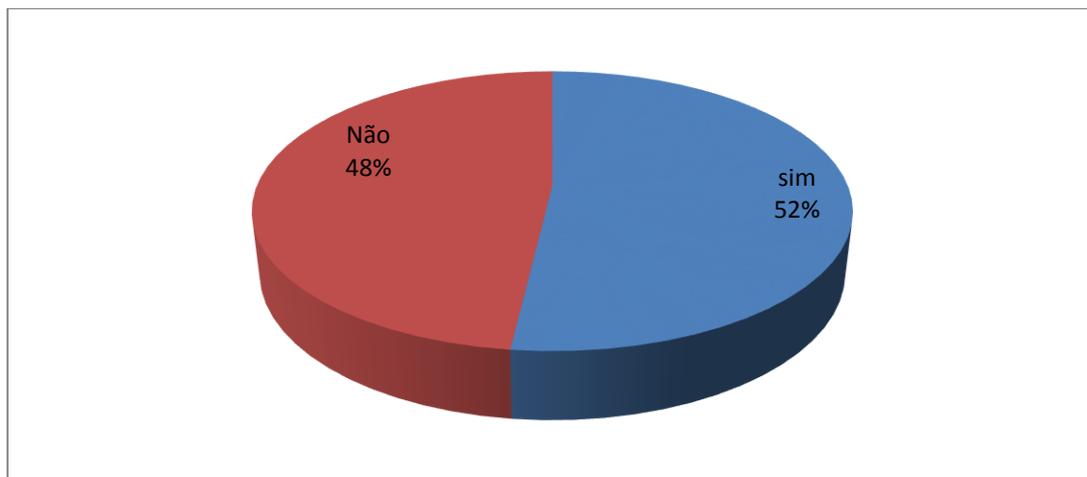


Figura 18 – Desenvolvimento de atividades de educação patrimonial nas escolas (componentes amostrais). São Gabriel, RS.

Fonte: Autor, 2017.

Quando questionados se a escola desenvolve visitas a museus ou locais históricos (Figura 19), os profissionais responderam que sim, 70%. Neste aspecto, pode-se entender que as escolas valorizam esta possibilidade de interação para a construção dos sujeitos.

As visitas a museus e locais históricos se constituem em uma prática pedagógica transdisciplinar e com caráter de interatividade.

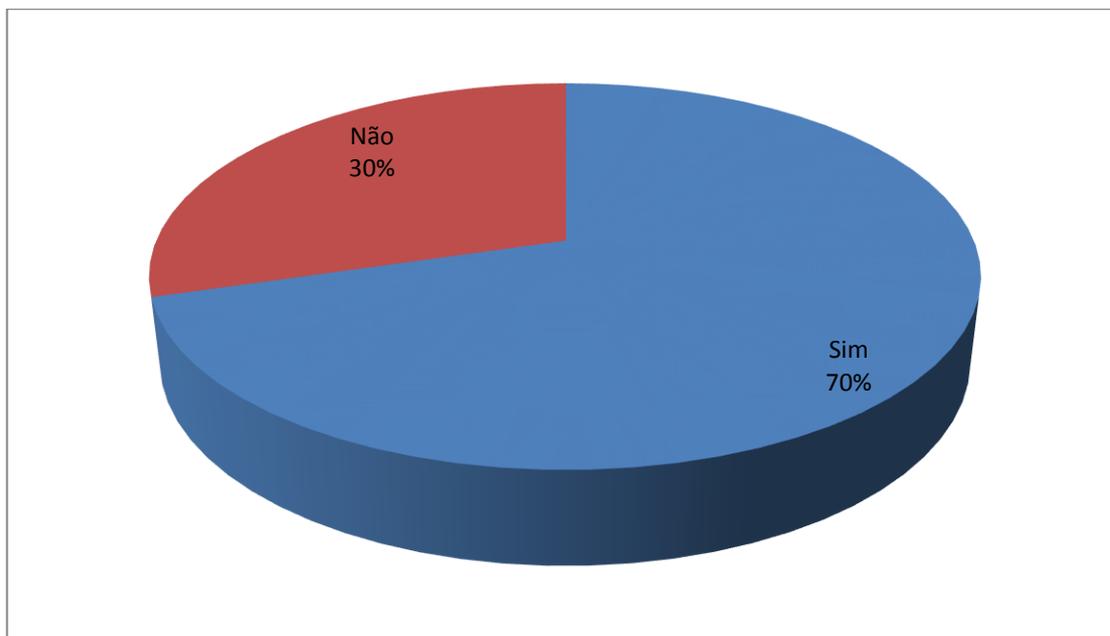


Figura 19 – Desenvolvimento de visitas a museus ou locais históricos

Fonte: Autor, 2017.

Encerrando a abordagem sobre as atividades escolares relacionadas ao tema patrimônio histórico e cultural, questionou-se: A escola já promoveu palestras ou outras ações que envolvam o tema patrimônio histórico e cultural? As respostas foram muito equilibradas, conforme a figura 20, pois 52% disseram que sim e os restantes afirmaram negativamente.

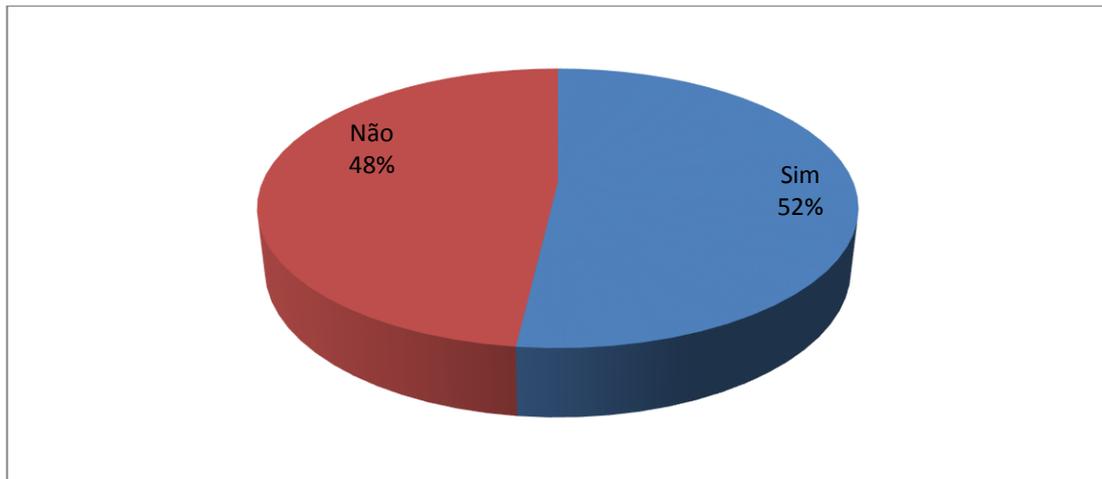


Figura 20 – Desenvolvimento de palestras, oficinas ou outras atividades sobre patrimônio histórico e cultural

Fonte: Autor, 2017.

Cumpra às escolas despertar nos alunos sentimentos de valor aos bens culturais para que possam receber o legado cultural do passado.

Para a comunidade também foram direcionados questionamentos referentes ao patrimônio histórico e cultural, sendo que no item “você conhece alguma política pública de proteção ao patrimônio histórico cultural de São Gabriel?”, as respostas foram desanimadoras, pois 79% da população admite não ter conhecimento, somente 21% asseguraram que sim (Figura 21). Isso pode significar que não existe política, que a população não se interessa pelo assunto ou que as políticas públicas são pouco divulgadas.

Segundo Tomaz (2010) o estudo do patrimônio cultural promove a valorização e consagração daquilo que é comum a determinado grupo social no tempo e no espaço.

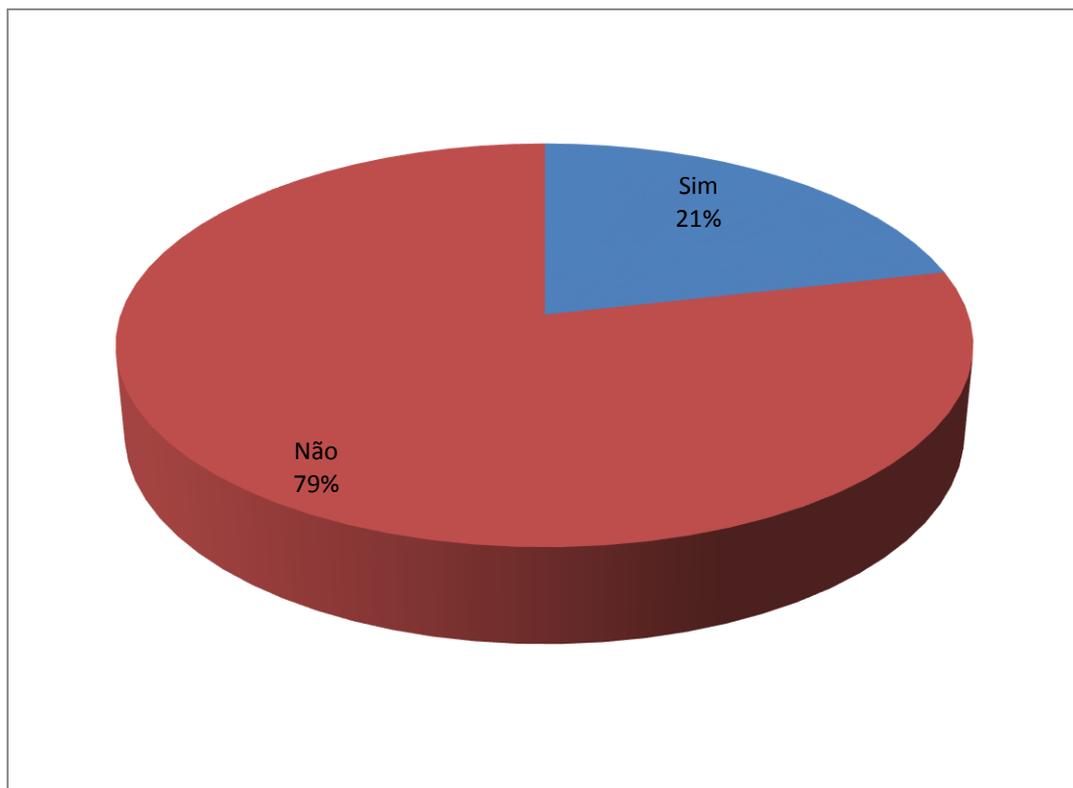


Figura 21: Conhecimento da população sobre política de proteção ao patrimônio histórico e cultural de São Gabriel/RS.

Fonte: Autor, 2017.

No entanto, ao questionar sobre quais os elementos que poderiam ser considerados patrimônio da cidade, vários pontos foram citados (Figura 22) referenciando prédios, ofícios e culto a santos populares.

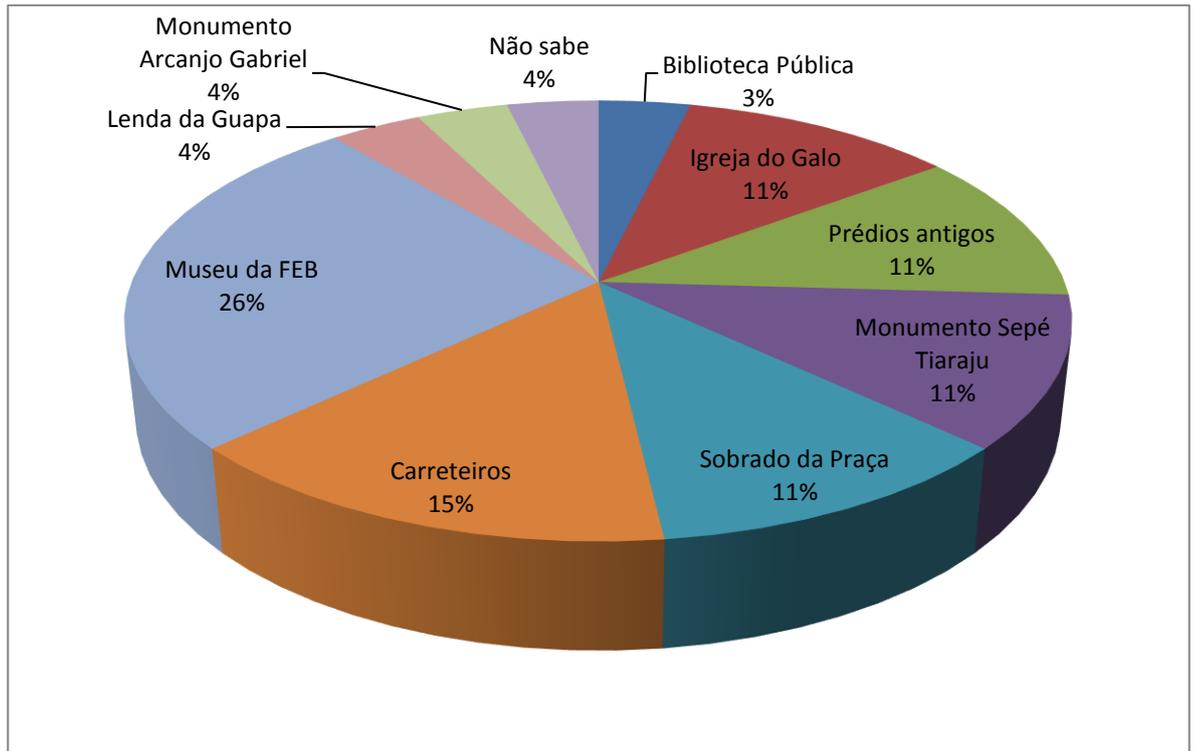


Figura 22: Elementos considerados patrimônio histórico e cultural pela população (componentes amostrais). São Gabriel, RS.

Fonte: Autor, 2017.

A partir destas constatações reveladas pela população alguns elementos citados passaram a merecer maior atenção neste estudo, quanto a sua história e relação com a comunidade, como a Igreja do Galo, Monumento a Sepé Tiarajú e Sobrado, com 11%, respectivamente e os Carreteiros, mencionados por 15%.

Na percepção da população, no que se refere ao reconhecimento ao patrimônio histórico e cultural do município, ficou evidente que não existe esse reconhecimento, pois 68% responderam negativamente ao questionamento, sendo que apenas 32% acreditam que sim (Figura 23).

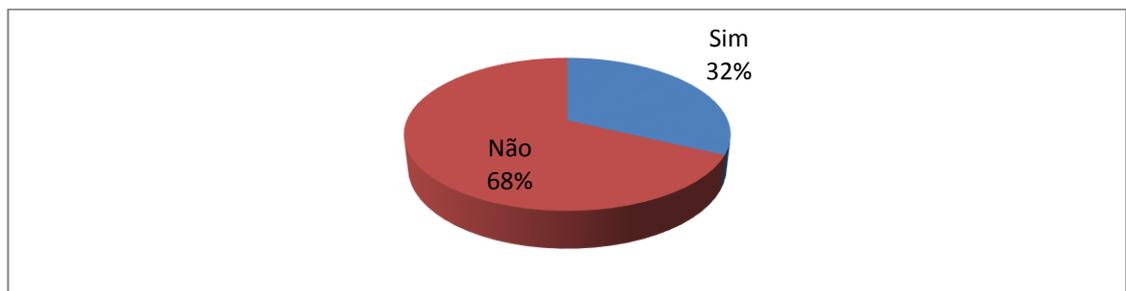


Figura 23: Reconhecimento da população do patrimônio histórico e cultural

Fonte: Autor, 2017.

A partir do momento em que a comunidade for educada sobre a importância de seu patrimônio, as posturas serão reflexo de uma nova relação.

Na busca de maiores esclarecimentos junto à população sobre o tema, questionou-se como eles percebiam o interesse dos políticos e gestores em relação à proteção desses bens. As opiniões foram bem claras, sendo que 79% acreditam que não, com apenas 21% assegurando que sim (figura 24). Isso significa que a população percebe um descuido das autoridades políticas e gestoras do município relação à proteção dos bens patrimoniais.

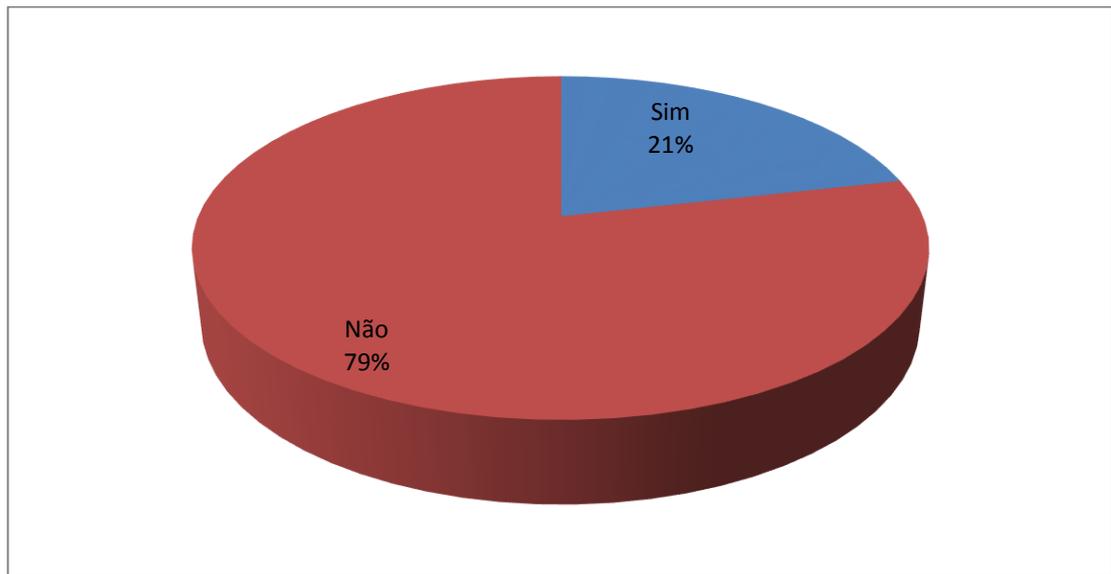


Figura 24 – Interesse de políticos e gestores na proteção ao patrimônio na opinião dos entrevistados.

Fonte: Autor, 2017.

A avaliação deste conjunto de perguntas revelou que, mesmo os profissionais da educação ao afirmarem que existe um trabalho voltado ao patrimônio histórico e cultural nas escolas, ainda não se revelam a totalidade das instituições, enquanto a população em geral demonstra pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema. No entanto, entendem que não existe por parte dos gestores um comprometimento com a proteção do patrimônio cultural gabrielense.

4.2 A FIGURA DE SEPÉ TIARAJÚ

Segundo Campbell (1997), considera-se herói, aquele que conseguiu vencer suas limitações históricas pessoais e locais. As visões, ideias e inspirações dessas pessoas vêm

diretamente das fontes primárias da vida e do pensamento humano. O herói morre como homem eterno.

A santidade atribuída, provavelmente remete a falta de informações sobre o verdadeiro paradeiro de seu corpo, lugar exato de seu sepultamento, porque, segundo Agostinho, (1997, p. 67), o corpo representa a exterioridade do homem e garante sua visibilidade, é caracterizado como um elemento que sofre as alterações no tempo e ocupa lugar no espaço, por ter comprimento, largura e altura. Já a alma é definida como a substância dotada de razão, apta a reger um corpo.

A partir desse momento, história e lenda se confundem, como o corpo de Sepé Tiarajú, morto antes da Batalha de Caiboaté (1756), não foi encontrado, espalhou-se a crença entre os índios que Sepé subira aos céus e assim surgiu a veneração a São Sepé, um santo não reconhecido pela Igreja Católica Romana. Em comemoração aos 250 anos da morte de Sepé Tiarajú (figura 25), seu nome foi inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, o herói guarani rio-grandense.

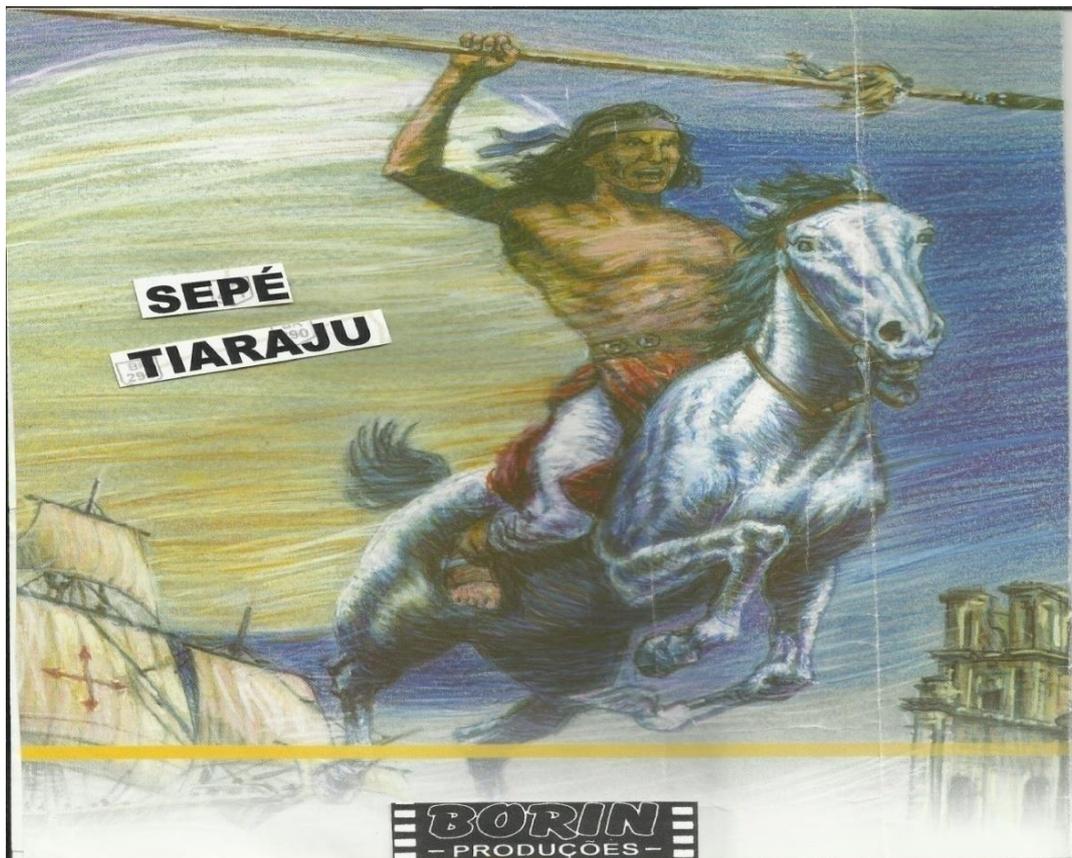


Figura 25 – Sepé Tiarajú, o índio guerreiro e defensor dos Sete Povos das Missões
Fonte: Borin, 2013

Este breve histórico remete à figura de Sepé Tiarajú, não somente como um herói, mas como um santo popular, através do reconhecimento aos seus feitos foi construído um monumento em sua homenagem (Figura 26) no local de seu falecimento, na Sanga da Bica, centro da cidade de São Gabriel.



Figura 26 – Monumento em homenagem a Sepé Tiarajú, no centro da cidade de São Gabriel/RS.
Fonte: Portal das Missões, 2017

Sua glória se refere à paz e à guerra, é este o enfoque a ser salientado. A conjuntura política e social da época e a inserção destes heróis que se santificam diante do imaginário popular. Nesse enfoque a memória terá papel central para fazer a ponte com a origem dos fatos e o patrimônio como prova dos mesmos.

O homem, tomado historicamente, expressa uma época. Os conceitos, as definições, as concepções substancialmente interessadas em entender o homem não extrapolam a materialidade das condições nas quais as ideias se gestam. O pensamento é filho do tempo [...] (NAGEL, 2002, p. 35).

Figueiredo (2004) diz que quem luta e morre por um ideal de grandeza cívico jamais se perderá da memória do seu povo. Sepé Tiarajú viveu seus últimos dias em terras

gabrielenses e morreu na defesa de seu povo, na Sanga da Bica. Se Sepé Tiarajú possui tamanha representação na cidade e região qual a razão da pouca divulgação de sua história?

As crianças e jovens sabem o que representa o monumento a ele dedicado?

Através dos resultados obtidos com a aplicação dos questionários aplicados à professores de escolas de São Gabriel (anexo I) e para a comunidade (anexo II), pode-se observar alguns pontos interessantes sobre a figura de Sepé Tiarajú.

Nas entrevistas realizadas junto aos professores de escolas do município, 52% dos entrevistados afirmaram que a figura de Sepé Tiarajú é explorada na escola de alguma forma, sendo no Ensino Fundamental, mais especificamente nas séries iniciais como parte do currículo disciplinar de Estudos Sociais, em época de festas comemorativas, como por exemplo, o dia do Índio (19 de abril) ou na semana do aniversário de emancipação da cidade (04 de abril). Os demais entrevistados, apesar de crerem que o assunto seja importante para a história do município, disseram que a figura de Sepé não é explorada ou divulgada aos alunos ou que não sabe se a escola tenha explorado o assunto de alguma maneira.

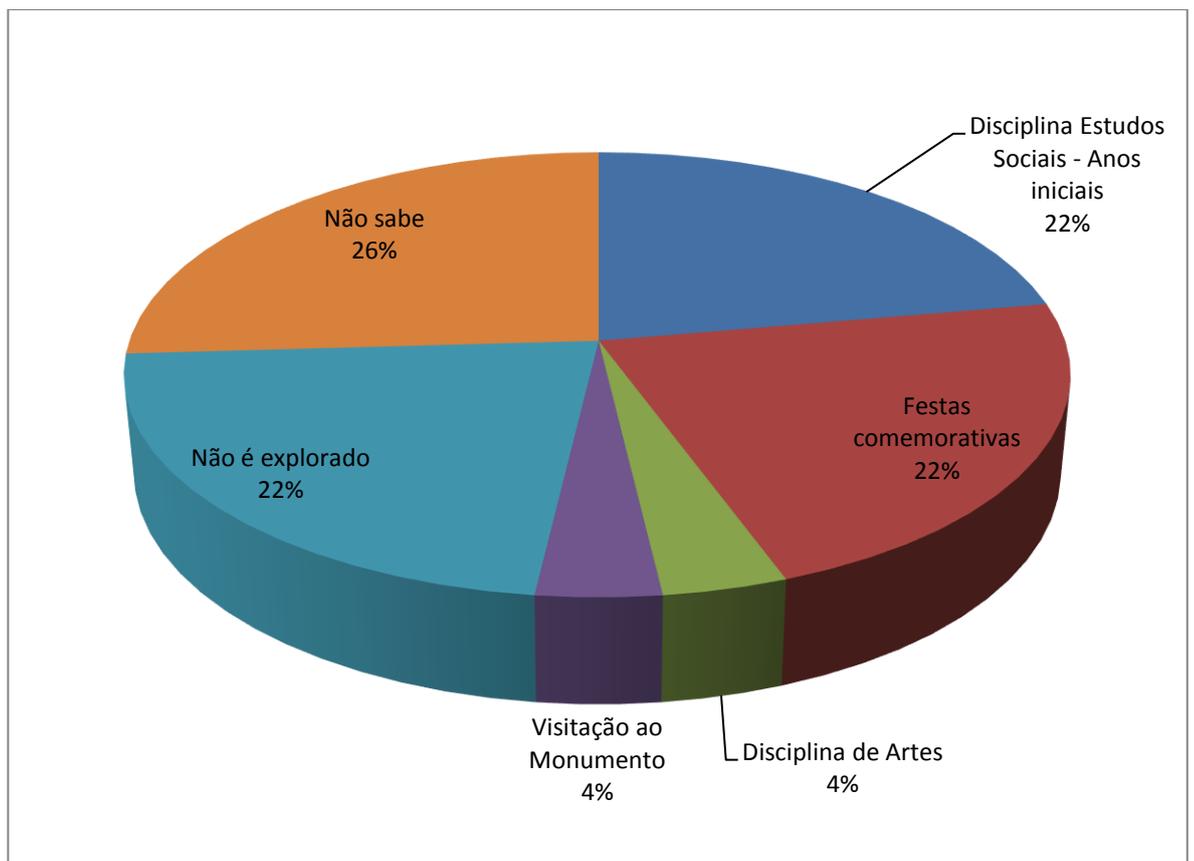


Figura 27 – A figura do Sepé Tiarajú nas escolas
Fonte: Autor, 2017.

Em relação à comunidade de São Gabriel, 59% das pessoas entrevistadas disseram que conhecem pelo menos um pouco a história de Sepé Tiarajú e que o mesmo representa uma referência histórica e cultural para o município de São Gabriel, tornando o município mais conhecido por conta de sua figura histórica, mas também é referido como “mártir”, “líder”, “lenda”, “guerreiro”, “corajoso”, “defensor”, “santo” e “revolucionário” pelos entrevistados que afirmam possuir um mínimo de conhecimento sobre o tema. No entanto, 41% das pessoas abordadas afirmaram não terem nenhum conhecimento sobre a figura de Sepé Tiarajú ou não possuem opinião sobre o tema, mesmo com a presença de um monumento em sua homenagem e mais dois monumentos erguidos no local que ocorreu a Batalha de Caiboaté, na localidade de Caiboaté Grande, interior do município, isso demonstra que, se a comunidade não for orientada a conhecer a história local, em nada servirá a edificação de monumentos.

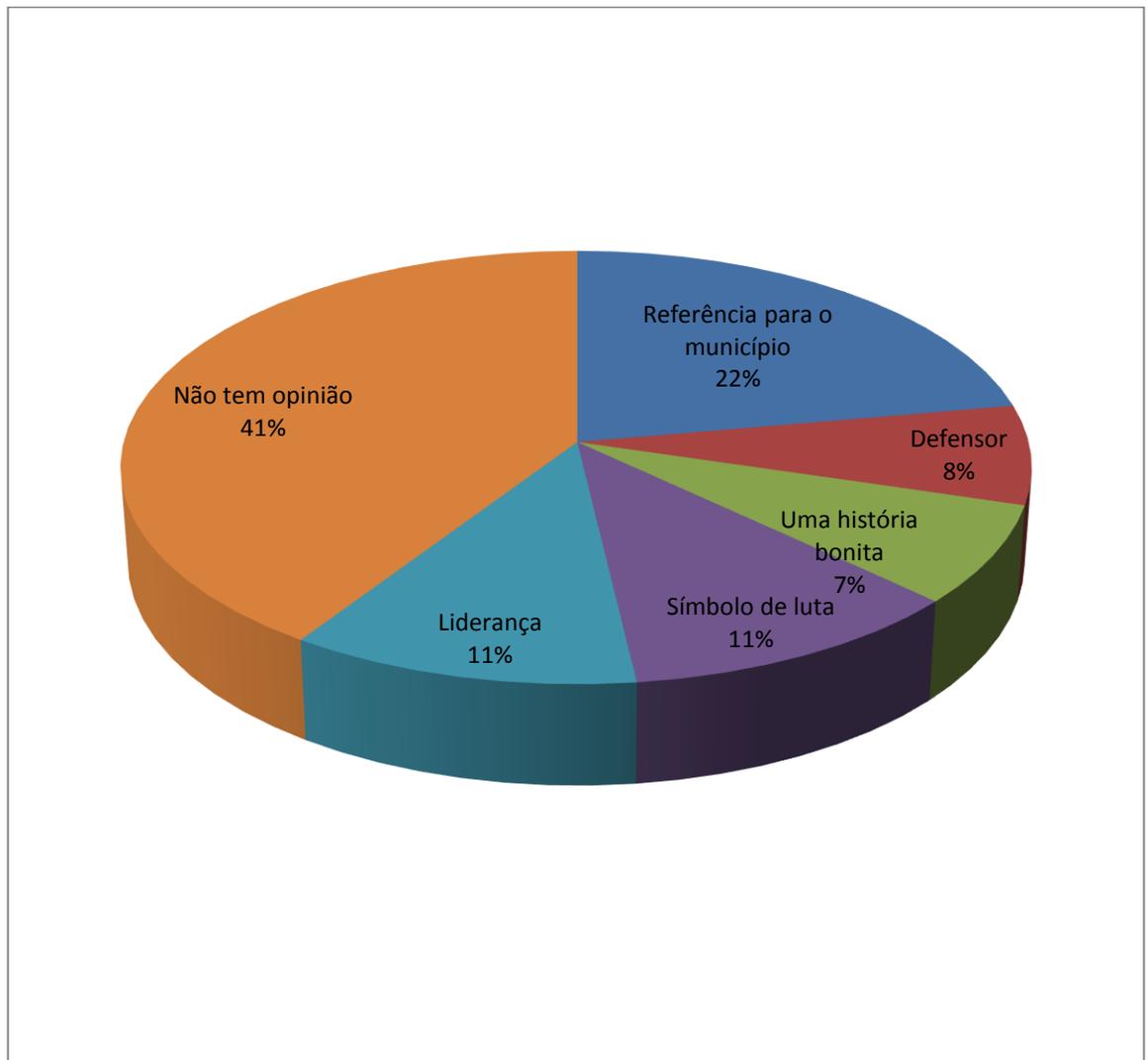


Figura 28 – A figura de Sepé Tiarajú para a população.
Fonte: Autor, 2017.

4.3 SÃO GABRIEL – UM REDUTO DE CARRETEIROS

Figueiredo (1986, p.158) considera o município de São Gabriel um dos últimos redutos de carreteiros, onde até os dias de hoje vive um núcleo de dezenas de carreteiros, que usufruem deste tipo de transporte para levar os produtos de suas lavouras para serem comercializados na cidade (Figura 28). Estes pequenos produtores têm suas propriedades nas localidades de Pau Fincado, Vista Alegre, Lagões e Santo Antônio, a origem desses carreteiros remonta os primeiros sesmeiros que povoaram essas localidades. Em sua maioria mantém a carreta por tradição e não se perder a filosofia de vida que vem de várias gerações. Figueiredo (1986) destaca que a maior parte dos carreteiros descende das famílias Langendorf (de origem alemã), Lima, Machado, Ramos, Barbosa, Gomes e Rodrigues.



Figura 29 – Carreteiros em São Gabriel, na década de 1990
Fonte: Almeida, 1997

A carreta puxada por bois, também conhecida por carro de boi, é um dos mais primitivos e simples meios de transporte, ainda em uso nos meios rurais, utilizado para o transporte de cargas (principalmente produtos agrícolas) e pessoas.



Figura 30 – Carreiros no interior do município de São Gabriel – RS
Fonte: São Gabriel, 2017

O ofício de carreiro sempre foi uma atividade muito árdua e as viagens eram demoradas, como contam dois ex-carreiros e uma filha de um carreiro, membro da família Langendorf, encontrados aleatoriamente pelo autor, em suas residências, durante a aplicação do instrumento de pesquisa junto à comunidade local. (Anexo II):

Fui carreteiro na juventude, junto com meu pai, vínhamos de Santa Margarida do Sul, nossa viagem levava vários dias e parávamos perto da ponte, no bairro Bom Fim, a gente vendia batata doce, melancia, laranja, galinha, entre outras coisas. (entrevistado nº04, ex-carreteiro de 74 anos)

Eu fui carreteiro por 20 anos. Carregava em torno de 25 sacos de arroz em uma carreta. Eu vinha da região do Catuçaba e a viagem demorava entre 08 e 10 dias, entre ida e volta. Em tempos de chuva, a viagem demorava mais de 12 dias. Nossa parada era no corredor do Lavapé (entrevistado nº15, ex-carreteiro de 83 anos).

Meu pai foi carreteiro na região do Vista Alegre, minha mãe costurava e lavava pra fora e ele vendia muitos produtos na cidade. Tudo o que conseguiu na vida foi graças ao trabalho de carreteiro. Muitas vezes a carreta atolava na estrada e a viagem era demorada. O paradeiro dele era na Avenida Francisco Chagas, esquina do 9º RCB, ali paravam muitos carreteiros. (entrevistado nº 18, filha de carreteiro, 71anos)

Figueiredo (1986) trata do desaparecimento dos carreteiros das ruas de São Gabriel como uma “perda irreparável” para o patrimônio cultural gabrielense e que a saudade não será o suficiente para que no futuro suas atividades possam ser recordadas.

Desde as origens da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul até a chegada do trem e do automóvel, o Estado andou a reboque dos carros de boi. As carretas riscaram os primeiros caminhos do pampa, ajudaram a fundar cidades e abastecer bolichos. Transportaram mantimentos em tempos de paz, armas em períodos de guerra, sempre ao passo vagaroso do gado. Hoje, um dos mais tradicionais meios de locomoção do gaúcho está em extinção.

Em solo gaúcho, as razões para o abandono da carreta incluem a lentidão do gado e as agruras da viagem, que sujeitam o condutor a intempéries, a dormir e comer ao relento, sem banho ou troca de roupa. (Trecho de reportagem do jornal Zero Hora, de 25 de agosto de 2012)

Para a população gabrielense e o município nunca esquecerem os valores dos carreteiros, em 1982 a Prefeitura Municipal de São Gabriel criou a Semana dos Carreteiros de São Gabriel e atualmente os festejos da Semana Farroupilha são celebrados no Parque Tradicionalista Rincão das Carretas, batizado em homenagem aos carreteiros.

Quanto ao conhecimento dos alunos das escolas de São Gabriel sobre a figura dos carreteiros, a maioria dos professores das escolas de São Gabriel acredita que reconhecimento seja muito pequeno ou nenhum.

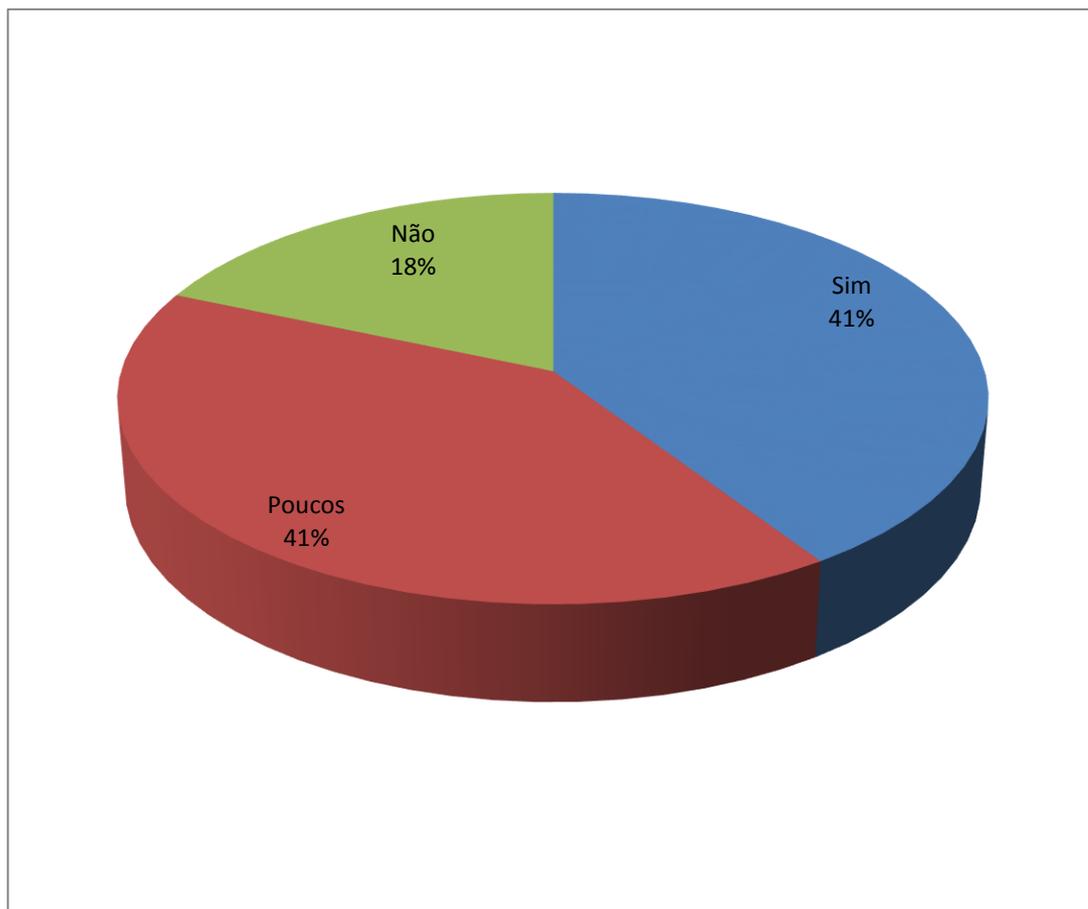


Figura 31: Conhecimento dos alunos sobre os Carreiros de São Gabriel na visão dos professores entrevistados.

Fonte: Autor, 2017.

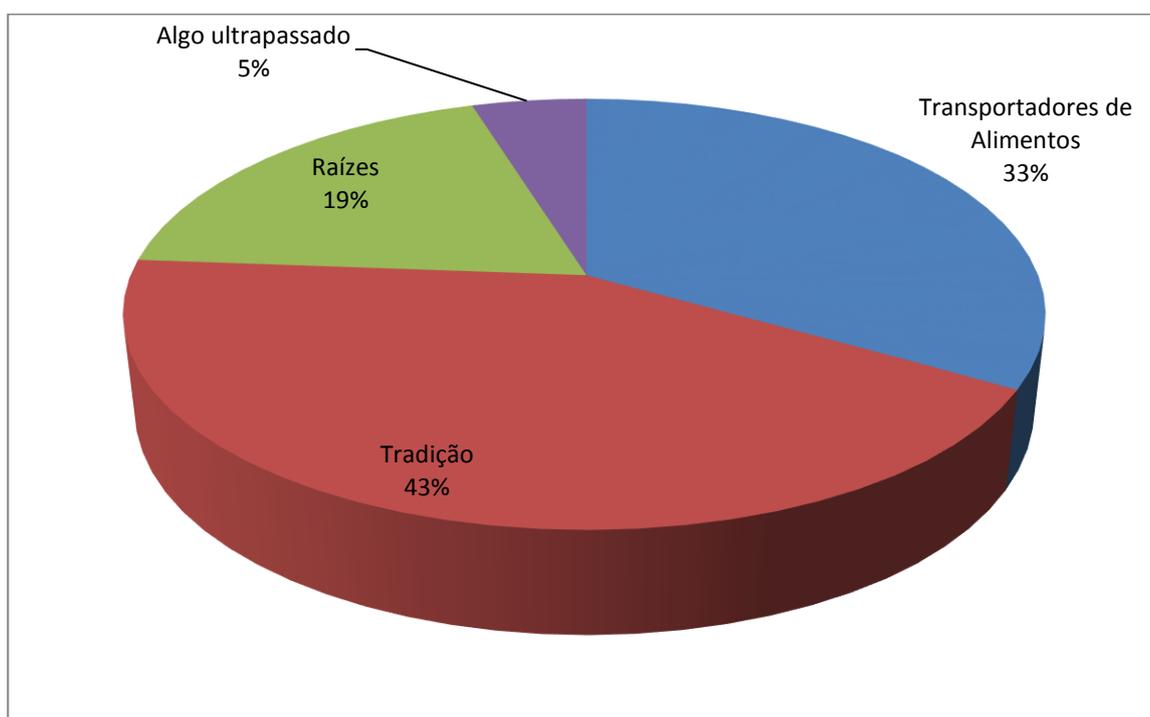


Figura 32 – A figura dos Carreiros na cultura municipal

Fonte: Autor, 2017.

Embora 43% dos amostrados considerem a figura do Carreiteiro como parte da tradição do município e 19% relacionado às suas raízes, ainda existe uma parcela (5%) que expressa este ofício de suma importância para a região como “algo ultrapassado”. Quando não se considera a evolução histórica, econômica e social, nenhum local manterá viva a sua memória.

4. 4 IGREJA DO GALO

A Igreja Nossa Senhora do Rosário e Bom Fim, situada na Rua Andrade Neves, conhecida como Igreja do Galo, foi o primeiro templo de alvenaria construído em São Gabriel, no ano de 1817, com um galo de bronze colocado em cima da torre da igreja dando um perfil único na visão da arquitetura da igreja (FIGUEIREDO, 1993).

Figueiredo (1993) conta que, segundo uma tradição antiga, o galo da torre da igreja fora trazido pelo Marechal João de Deus Menna Barreto, da Igreja de São Miguel das Reduções Jesuíticas, quando ele esteve como capitão, no ano de 1805.

A Igreja do Galo foi matriz dos primeiros habitantes da cidade de São Gabriel, da vila e depois da cidade, perdendo a primazia em 7 de dezembro de 1924, quando foi inaugurada a Paróquia Arcanjo São Gabriel, atual Igreja Matriz, localizada na Praça Dr. Fernando Abbott (SÃO GABRIEL, 2017).

No dia 13 de janeiro de 1846 o Imperador Dom Pedro II, durante sua visita à São Gabriel, assistiu a missa na Igreja do Galo. Também em 30 de agosto de 1865, durante a Guerra do Paraguai (1864-1870), novamente imperador esteve em São Gabriel, onde novamente assistiu a missa da Igreja do Galo pela manhã (FIGUEIREDO, 1993).

Na noite de 11 de setembro de 1985, a igreja teve seu galo roubado de sua cúpula e nunca mais foi recuperado, o que até os dias de hoje é alvo de muita polêmica sobre o fato. A Igreja do Galo passou a pertencer ao Patrimônio Histórico do município de São Gabriel com a Lei nº 1.649/89 - 17.10.1989 (São Gabriel, 2017). Em 28 de dezembro de 1994, o prédio da Igreja do Galo foi tombado pelo Instituto Histórico e Artístico do Estado – IPHAE pela portaria 35/94, publicada no Diário Oficial do Estado e inscrita sob nº 80 no livro tomo.

Em 17 de junho de 2011, a igreja foi restaurada, após quase duas décadas de obras e a partir de então o local passou a abrigar um acervo histórico do município de São Gabriel, composto por documentos e objetos doados pela comunidade.



Figura 33 – Museu Nossa Senhora do Rosário e Bom Fim. São Gabriel/RS.
Fonte: TripAdvisor (2016)

A referência a este bem patrimonial deu-se pela facilidade de identificação pela população e por todo o processo de recuperação pelo qual o antigo prédio passou, pois segundo Tomaz (2010, p.5) a conservação de bens patrimoniais deve ter por objeto edificações que tenham um significado coletivo para determinada comunidade, pois se perpetua a memória de uma sociedade preservando-se os espaços utilizados por ela na construção de sua história.

4. 5 CARACTERIZAÇÃO DOS BENS CULTURAIS GABRIELENSES

As cidades, em geral, apresentam uma coletânea de bens materiais e imateriais, cujas políticas públicas nem sempre são bem conduzidas de maneira que a comunidade não se reconheça ou se aproprie da cultura local.

A partir das respostas obtidas junto à comunidade (Figura 22), da falta de envolvimento na exploração do tema nas escolas e com base nas categorias propostas pelo IPHAN (2017) e o MinC (2017) para a classificação dos diversos bens culturais foram sintetizados estes aspectos à presença destes patrimônios no município (Tabela 1). Embora

nem todos fossem apontados pelos entrevistados, os mesmos foram relacionados por se constituírem bens culturais do município de São Gabriel.

Tabela 1: Caracterização dos bens culturais materiais e imateriais gabrielsenenses

| CATEGORIAS DE BENS CULTURAIS (IPHAN/MinC) | PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL | PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL | CARACTERIZAÇÃO DOS BENS GABRIELENSES |
|--|-------------------------------------|--------------------------------------|---|
| Lugares | X | | Sobrado da Praça Igreja Matriz Antiga Estação Férrea Estâncias do Batovi |
| Objetos | X | | Museu Gaúcho da FEB ¹ Museu Nossa Senhora do Rosário e do Bom Fim ¹ Biblioteca Pública (Igreja do Galo) ¹ |
| | | X | Guapa ² Irmãozinhos Fuzilados ² Negrinho da Sanga Funda ² Sepé Tiarajú ² Noivinhos ² Ciganinha ² |
| Formas de expressão | | X | Semana Farroupilha Rodeio Internacional do Mercosul Festival da Estância da Canção Gaúcha Vestimentas Chimarrão |
| Saberes | | X | Ofício de carreteiro |

Fonte: Adaptada pelo autor, 2017

1 – Acervo

2 – Santos populares

A análise permite observar que todas as categorias propostas pelo IPHAN e MinC são contempladas no município, ou seja, Lugares, Objetos, Celebrações, Formas de Expressão, Modos de Fazer e Saberes, o que revela a potencialidade do município.

4. 6 DIVULGAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Na percepção final, entre profissionais da educação e população, levantou-se o seguinte questionamento: “Qual a sua opinião sobre a promoção deste patrimônio através do turismo?”.

Os professores destacaram ser uma ótima oportunidade de divulgação (85%), principalmente por meio de projetos e incentivos por parte dos gestores às escolas e demais órgãos ligados à área.

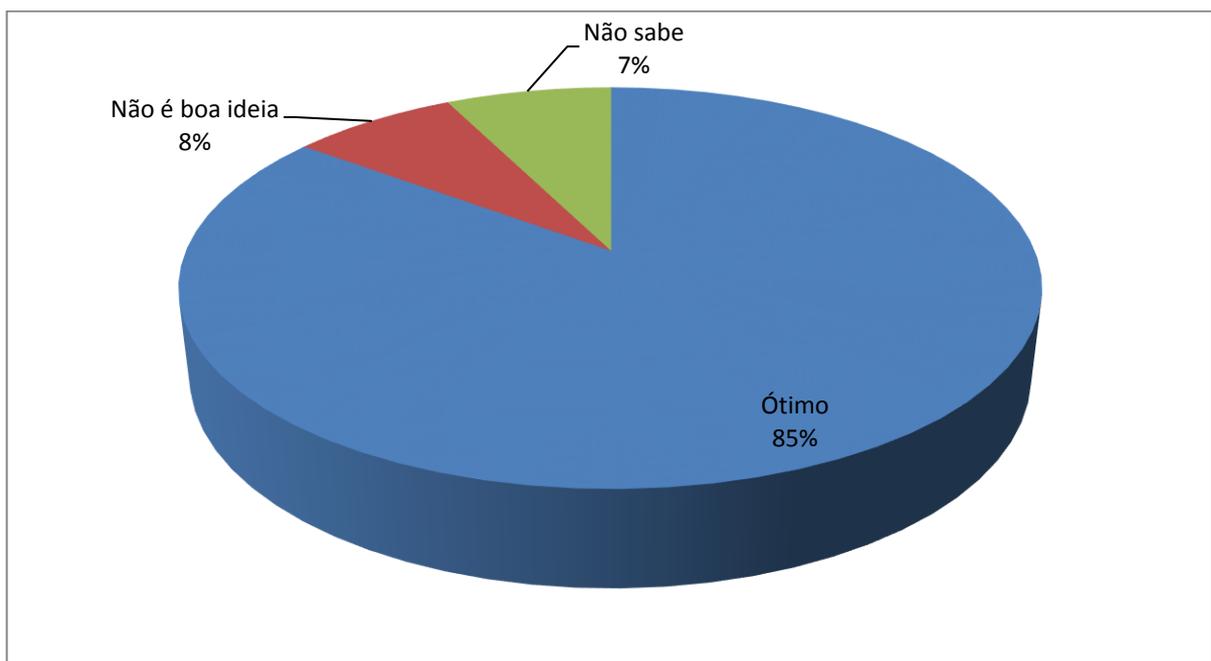


Figura 34 – Promoção do patrimônio através do turismo na opinião dos professores (parcela amostral). São Gabriel, RS

Fonte: Autor, 2017.

A população também aprova essa ideia, pois 82% acreditam ser uma boa ideia, o que vem de encontro à posição de Carvalho (2015, 148) ao afirmar que:

A sociedade contemporânea com sua larga oportunidade de comunicação em rede é capaz de agendar o comportamento de consumo de diversos grupos, e tendo assim, a chance de transformar pequenas cidades e seus prédios sem importância mundial, em pequenos monumentos-símbolos, que por sua vez, tornam-se destinos turísticos que proporcionam ao ser viajante uma experiência do/no passado.

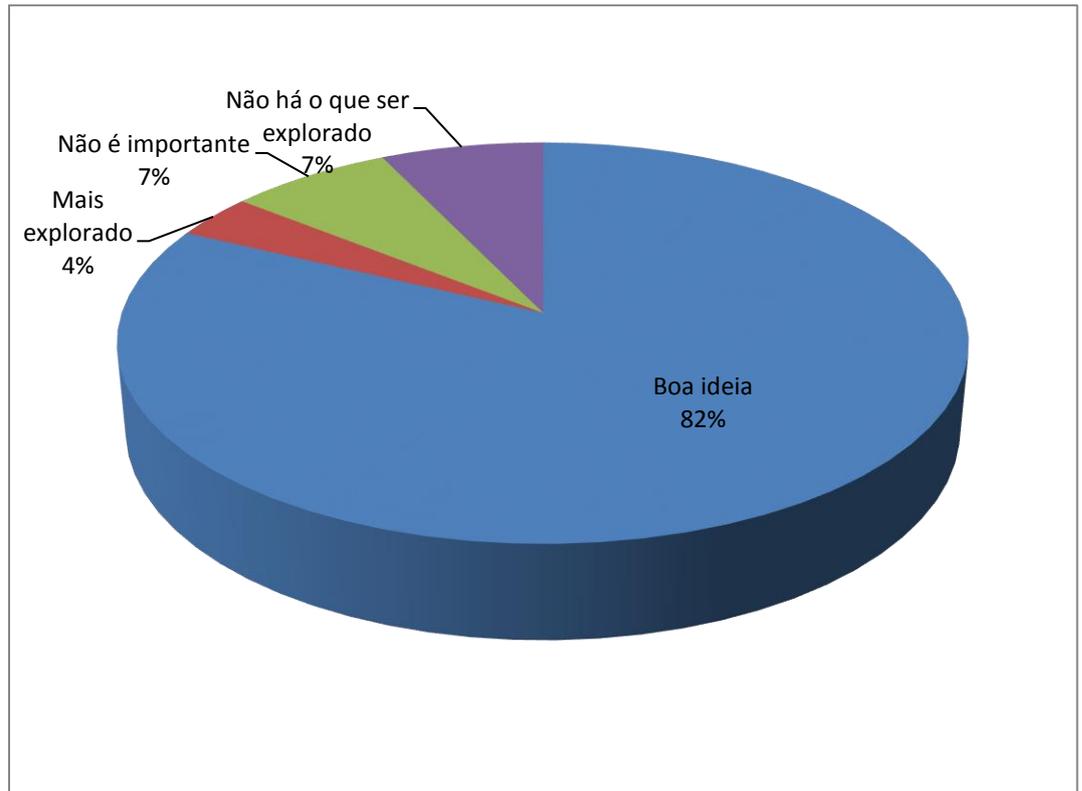


Figura 35 – Promoção do patrimônio através do turismo – população.
Fonte: Autor, 2017

Embora se observe a predominância de posições favoráveis no que se refere ao desenvolvimento turístico, a população precisa construir uma rede de significados a este patrimônio, para que não seja apenas um mero produto a ser comercializado.

No entanto, tem-se que aceitar que “ao mesmo tempo em que o turismo pode gerar recursos para promover a preservação e a conservação de sítios históricos e naturais, pode também arruinar os lugares e as práticas culturais que eles abrigam” (MURTA, 2002, p. 140).

As reformulações de pontos históricos ou culturais para atender às demandas turísticas, em muitas situações implicam em modificar ou remover elementos “indesejáveis”, ao mesmo tempo em que se enfatiza ou simplesmente “cria” elementos desejáveis, sem nenhuma ligação com a história ou a cultura da comunidade local, resultando em um processo de “espetacularização” (HARVEY, 1996).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término deste trabalho pode se considerar que o tema Patrimônio Cultural é ainda um assunto pouco explorado em São Gabriel, apesar de o município possuir uma riqueza de bens culturais tangíveis e intangíveis. Existem poucos estudos e pesquisas acadêmicas que servem de referência bibliográfica para o assunto e a atuação tímida por parte dos órgãos municipais fazem com que cada vez mais os monumentos culturais gabrielenses sejam relegados a um segundo plano, quando não a própria sorte. É neste sentido que o papel da universidade e das escolas, aqui especificamente dos professores de história, se faz fundamental, propondo ações, projetos e temas que contemplem os aspectos culturais do município.

O posicionamento dos segmentos envolvidos na pesquisa apontou pelo desconhecimento dos personagens e lugares, bem como uma discussão acanhada por parte dos órgãos de educação. Há a necessidade de mostrar, enfatizar, olhar para gerar a curiosidade, o interesse e provocar o conhecimento.

Uma alternativa seria a implantação da disciplina de educação patrimonial na grade curricular das escolas do município e através de atividades oriundas dessa disciplina implantada nas escolas possibilitar-se a condições para que as gerações futuras conheçam e respeitem a história e a cultura local em todas as instâncias.

A falta de políticas públicas mais permanentes, transparentes, inclusivas e preservacionistas sem dúvida é uma das razões da falta de identidade cultural. Não basta possuir a história, os saberes, os locais, se não houver apropriação, conhecimento e conscientização.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. **Sobre potencialidade da alma**. Petrópolis: Vozes, 1997.

A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL POR MEIO DAS EDIFICAÇÕES HISTÓRICAS DE RIBEIRÃO PRETO, 2015. Disponível em < file:///C:/Users/Windows%207/Downloads/3028-6879-2-PB%20.pdf >. Acessado em 21 de maio de 2017.

ARQUIDIOCESE DE SALVADOR - BA. Disponível em < http://arquidiocesosalvador.org.br/site/?p=44756 > Acessado em: 07 de maio de 2017

BORIN PRODUÇÕES, 2012. Disponível em: < http://sao-gabriel-rs.blogspot.com.br/p/estancia-do-batovionde-nasceu-sao.html > Acessado em 21 de junho de 2017.

BRASIL. **Artigo nº 216 da Constituição Federal**, de 1988. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Constituicao_Federal_art_216.pdf. Acessado em 24 de abril. 2017

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de Novembro de 2011. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm >. Acessado em 21 de junho de 2017.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 71, de 29 de Novembro de 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc71.htm >. Acessado em 21 de junho de 2017.

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. São Paulo: Cultrix: Pensamento. 1997

CARRION, Raul. **Revolução Farroupilha, a mais longa revolta republicana enfrentada pelo império centralizador e escravocrata**, 2014. Disponível em < http://www.raulcarrion.com.br/publicacoes/caderno_rev_farroupilha.pdf >. Acessado em 21 de maio de 2017.

CARTA DE ATENAS, 1931. Disponível em < http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201931.pdf >. Acessado em 21 de maio de 2017.

CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. **Educação Patrimonial e Sociedade**. Patrimônio: Revista Eletrônica do IPHAN. N. 03, Jan – Fev. 2006. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526 > Acesso em: 10 junho de 2017.

CATRACA LIVRE, 2017. Disponível em: < https://catracalivre.com.br/porto-alegre/agenda/gratis/gasometro-recebe-evento-com-bazar-musica-mostras-e-gastronomia/ >. Acessado em 21 de junho de 2017.

DANÇAS FOLCLÓRICAS. Disponível em <<http://dancasfolcloricas.blogspot.com.br/2011/04/chula.html>>. Acessado em 07 de maio de 2017

DECLARAÇÃO DE CARACAS, VENEZUELA, 1992. Disponível em <<http://www.iber museus.org/wp-content/uploads/2014/07/declaracao-de-caracas.pdf>>. Acessado em: 25 de Abril. 2017

FIGUEIREDO, Osório Santana. **A História de São Gabriel**. São Gabriel. 1993

_____. **Tempos Bárbaros**. São Gabriel. 2004

_____. **Carreteadas Históricas**. São Gabriel: Palotti. 1986

FRIEDRICH, D. N. **Análise do emprego setorial no Rio Grande do Sul baseado no modelo insumo produto**. Porto Alegre, 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – UFRGS.

GERHART, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZATTO, Marcelo. “Zero Hora revela o cotidiano dos últimos carreteiros do estado, *Zero Hora* (Porto Alegre, RS), 25 de agosto de 2012: Disponível em <<http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2012/08/zero-hora-revela-o-cotidiano-dos-ultimos-carreteiros-do-estado-3865199.html>> Acessado em 18 de junho de 2017.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 6 ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HENTZ, Andréa Cristina Gromovski. **A Pobreza na metade sul do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) – UFRGS

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA), **Mapa das Mesorregiões**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/mesorregiao.html>> Acessado em: 07 de maio de 2017

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL), 2017. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/>> Acessado em 18 de junho de 2017.

IPHAN (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL), 2017. Inventário Nacional de Referências Nacionais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf>. Acessado em 21 de junho de 2017.

LA PAMPA GAUCHA, 2017. Disponível em : <<http://lapampagaucha.blogspot.com.br/>>. Acessado em 21 de junho de 2017.

MATTOS, Imar Rohloff de. **O Brasil Imperial: 1831-1870**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/>>. Acessado em 18 de junho de 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa mais educação**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10290-mais-educacao-web-14-02-2012-pdf&Itemid=30192> Acessado em 18 de junho de 2017

MURTA, Stela Maris. **Turismo histórico-cultural**: parques temáticos, roteiros e atrações âncora. In: _____; ALBANO, Celina (Orgs.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NAGEL, Lizia Helena. **Paganismo e cristianismo**: concepção de homem e de educação. In: OLIVEIRA. Terezinha (Org). Luzes Sobre a idade Média. Maringá: EDUEM, 2002.

PORTAL DAS MISSÕES, 2017. Disponível em < <http://portaldasmissoes.com.br> >. Acessado em: 07 de maio de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL – RS. Disponível em <<http://www.saogabriel.rs.gov.br/Portal/site/index.html>> Acessado em: 07 de maio de 2017

UNESCO (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA, E A CULTURAL), 2017. Disponível em: < <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/> >. Acessado em 21 de junho de 2017.

TOMAZ, P.C. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil**. Fênix – Revista de História e Estudos Culturais. v.7,n.2, 2010.

TROPEIROS DO VALE. Disponível em <<http://tropeadas.webnode.com.br/news/cavalgada-na-coxilha-rica/>>. Acessado em 22 de maio de 2017.

ANEXO I**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO BACHARELADO EM GESTÃO
AMBIENTAL****UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA****SÃO GABRIEL – RS****APLICAÇÃO AOS PROFESSORES DE ESCOLAS DO MUNICÍPIO**

Entrevistado N° _____

Gênero () Masculino () Feminino

Tempo de Magistério _____

Acredita que a forma como é conduzida as políticas de proteção ao patrimônio histórico cultural na cidade são adequadas?

A escola desenvolve atividades de educação patrimonial?

A escola desenvolve visitas a museus ou locais históricos?

A escola já promoveu palestras, oficinas ou outras atividades sob o tema patrimônio histórico e cultural?

Como é explorada a figura de Sepé Tiarajú na escola?

Em sua opinião, os alunos conhecem a “figura” do carreteiro de São Gabriel?

Qual sua opinião sobre a promoção deste patrimônio através do turismo?

ANEXO II**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO BACHARELADO EM GESTÃO
AMBIENTAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
SÃO GABRIEL – RS****APLICAÇÃO À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL**

Entrevistado N° _____

Gênero: () Masculino () Feminino

Idade: () 18-30 anos () 31-49 anos () 50-65 anos () > 65 anos

Nível de escolaridade: () Ensino Fundamental () Ensino Médio Completo

() Ensino Superior Completo () Analfabeto

Você conhece alguma política pública de proteção ao patrimônio histórico cultural de São Gabriel?

() Sim () Não

Em sua opinião, quais os elementos que poderiam considerados patrimônio da cidade?

Acredita que a população reconheça este patrimônio?

() Sim () Não

Em sua opinião, os políticos e gestores estão interessados na proteção destes bens?

() Sim () Não

Em sua opinião, o que representa a figura de Sepé Tiaraju para o município de São Gabriel?

O que representa a figura dos Carreteiros na cultura municipal?

Qual sua opinião sobre a promoção deste patrimônio através do turismo?
